

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANA PAULA DE MATTOS CALICH

**O IMPACTO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL NOS PAÍSES PERIFÉRICOS: UM
ESTUDO SOBRE A PRESENÇA DO BRASIL EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE**

Porto Alegre

2015

ANA PAULA DE MATTOS CALICH

**O IMPACTO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL NOS PAÍSES PERIFÉRICOS: UM
ESTUDO SOBRE A PRESENÇA DO BRASIL EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo G. Fagundes Visentini

Porto Alegre

2015

CIP - Catalogação na Publicação

de Mattos Calich, Ana Paula

O Impacto da Cooperação Sul-Sul nos Países Periféricos: um Estudo sobre a Presença do Brasil em Angola e Moçambique / Ana Paula de Mattos Calich. -- 2015.

77 f.

Orientador: Paulo Fagundes Visentini.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Curso de Relações Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2015.

1. Cooperação Sul-Sul. 2. Angola. 3. Moçambique . 4. Brasil. 5. Subdesenvolvimento . I. Fagundes Visentini, Paulo , orient. II. Título.

ANA PAULA DE MATTOS CALICH

O IMPACTO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL NOS PAÍSES PERIFÉRICOS: UM ESTUDO SOBRE A PRESENÇA DO BRASIL EM ANGOLA E MOÇAMBIQUE

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: Porto Alegre, 02 de dezembro de 2015.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Paulo G. Fagundes Visentini– Orientador
UFRGS

Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira
UFRGS

Prof. Dr. Luiz Dario Teixeira Ribeiro
UFRGS

Ao Lord.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à República Federativa do Brasil e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul por terem me concedido a oportunidade de cursar uma universidade pública e de qualidade. Agradeço, da mesma forma, ao corpo docente do curso de Relações Internacionais, assim como aos servidores da Universidade, por terem possibilitado que minha graduação ocorresse da melhor forma possível.

Agradeço, a seguir, ao meu orientador, professor Dr. Paulo Visentini, por ter me guiado neste trabalho, mas, principalmente, pelos anos de pesquisa de iniciação científica, os quais foram uma contribuição inestimável para a minha formação. Agradeço, também, ao NERINT/CEBRAFRICA pela oportunidade de trabalhar junto a estes núcleos que instigaram minha pesquisa e fizeram meu interesse pelos estudos africanos se aprofundarem, assim como sou muito grata a todos aqueles que fizeram parte destes centros ao longo dos anos e compartilharam seus conhecimentos comigo, especialmente à Livi Gerbase e ao Pedro Alt.

Sou imensamente grata ao Henrique Acosta, pessoa que esteve do meu lado não apenas durante a realização deste trabalho, mas cujo amor e apoio durante estes quase quatro anos me ajudaram a superar obstáculos e me trouxeram muitos momentos felizes. Agradeço, também, a todos os integrantes da turma oito que me acompanharam nesta trajetória. Em especial, aos meus amigos Bruna Jaeger, Giovana Zucatto, Giordano Bruno Ronconi, Guilherme Simionato, João Arthur Reis, João Gabriel Brumann, Júlia Tocchetto, Marília Closs, Mirko Pose, Renata Noronha e Willian Roberto por terem estado do meu lado ao longo desta graduação e cuja amizade tornou esta experiência maravilhosa. Por fim, agradeço aos meus pais, Laura Mattos e José Carlos Calich, que sempre me incentivaram e me forneceram suporte durante este período.

Tal como toda a revolução requer revolucionários, assim também o renascimento africano tem de ter os seus militantes e os seus ativistas, que definirão o futuro que lhes pertence de uma forma que contribuirá para nos restituir a nossa dignidade. A nossa primeira tarefa é pois transformar o nosso continente de acordo com esta visão. A nossa segunda tarefa é dar as mãos a todas as outras forças da mesma inspiração no nosso continente, convictos de que os povos da África partilham um destino comum, convictos também de os povos de boa vontade em todo o mundo se juntarão a nós em uma ofensiva sustentada de onde resultará que o novo século se tornará na história o século da África.

Thabo Mbeki

RESUMO

O Sistema Internacional é caracterizado por uma assimetria de poder e riqueza que torna seu espaço heterogêneo, marcado pela divisão entre países centrais e países periféricos. Esta situação suscitou o subdesenvolvimento e a marginalização de muitos Estados. Ainda assim, em meados do século XX, os países submetidos ao desenvolvimento desigual começaram a manifestar sua inconformidade com as imposições sistêmicas, originando o que conhecemos hoje como Cooperação Sul-Sul, interação caracterizada por relações horizontalizadas e esvaídas de condicionalidades. Neste aspecto, destaca-se a atuação do Brasil na África, em especial em Angola e Moçambique. Pode-se considerar que as relações brasileiras com estes dois países têm sido um instrumento de superação do subdesenvolvimento, por meio de diversos projetos- que abrangem cooperação técnica, em defesa, infraestrutural, energética, política, cultural, multilateral e econômica- enquadrando-se, portanto, no paradigma da cooperação Sul-Sul.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. Angola. Moçambique. Brasil. Subdesenvolvimento.

ABSTRACT

The International System is characterized by an asymmetry of power and wealth that makes its space heterogeneous, marked by the division between core countries and peripheral countries. This resulted in the underdevelopment and marginalization of many states. Yet in the mid-twentieth century, countries subjected to uneven development began to express their disagreement with the systemic constraints, resulting in what we know today as South-South cooperation, interaction characterized by horizontal relations and without the imposition of conditionalities. In this regard, we highlight the performance of Brazil in Africa, especially in Angola and Mozambique. Brazil's relations with these two countries have been an instrument to overcome underdevelopment, through various projects- ranging a great scope, including technical, defense, energy, infrastructure, political, cultural, multilateral and economic- fitting, therefore, in the paradigm of South-South cooperation.

Keywords: South-South Cooperation. Angola. Mozambique. Brazil. Underdevelopment.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Projetos Brasileiros de Infraestrutura em Angola	42
Mapa 2- Empresas Brasileiras na África	49
Mapa 3- Mapa Geológico Comparativo Brasil- Moçambique	56
Mapa 4- Principais Investimentos do Brasil em Moçambique	59
Mapa 5- Corredores de Desenvolvimento na África Austral	60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Exportações Brasil-Angola	50
Gráfico 2- Exportações Angola-Brasil	50
Gráfico 3- Exportações Brasil-Moçambique	63
Gráfico 4- Exportação Moçambique-Brasil	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	– Agência Brasileira de Cooperação
AFRICOM	– Comando dos Estados Unidos para a África
AIDS	– Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
APEX	– Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
ASA	– Cúpula América do Sul-África
BIOCOM	– Companhia de Bioenergia de Angola
BNDES	– Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CBERS	– Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres
CENCO	– Central de Compras do Estado
CINFOTEC	– Centro Integrado de Formação Tecnológica
COMESA	– Mercado Comum da África Oriental e Austral
CPLP	– Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSONU	– Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas
ECOWAS	– Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMGEPRON	– Empresa Gerencial de Projetos Navais
EUA	– Estados Unidos da América
FAO	– Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FIOCRUZ	– Fundação Oswaldo Cruz
FNLA	– Frente Nacional de Libertação de Angola
FRELIMO	– Frente de libertação de Moçambique
FUNAG	– Fundação Alexandre Gusmão
HIV	– Vírus da Imunodeficiência Humana
IED	– Investimento Externo Direto
INSS-Mz	– Instituto Nacional do Seguro Social de Moçambique
IPEA	– Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDIC	– Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MPLA	– Movimento Popular de Libertação de Angola
MRE	– Ministério das Relações Exteriores
NEPAD	– Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano

ODMs	– Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ONU	– Organização das Nações Unidas
ONUMOZ	– Operação das Nações Unidas em Moçambique
OTAN	– Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAA	– Programa de Aquisição de Alimentos
PAE	– Programa de Ajuste Estrutural
PALOPs	– Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB	– Produto Interno Bruto
PMA	– Programa Mundial de Alimentos
PNE	– Plano Nacional de Exportação
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRESILD	– Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População
PROFORSA	– Projeto de Fortalecimento do Sistema de Saúde em Angola
PRONAE	– Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAVAL	– Programa de Desenvolvimento do Poder Naval em Angola
PROSAVANA	– Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana Tropical em Moçambique
RENAMO	– Resistência Nacional Moçambicana
SADC	– Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SENAI	– Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UA	– União Africana
UNITA	– União Nacional para a Independência Total de Angola
UNAVEM-III	– Terceira Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola
URSS	– União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZOPACAS	– Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 A DINÂMICA DOS PAÍSES PERIFÉRICOS E O PAPEL DA COOPERAÇÃO SUL-SUL	17
2.1 O Subdesenvolvimento e suas Origens	17
2.1.1 A Dinâmica dos Países Periféricos e sua Relação com o Centro	17
2.1.2 As Origens Históricas do Subdesenvolvimento na África Austral.....	21
2.2 O Renascimento Africano e a Cooperação Sul-Sul: Diferentes Vias de Superação do Subdesenvolvimento	27
2.2.1 O Renascimento Africano e o Papel da Cooperação.....	28
2.2.1.1 <i>O Papel da Integração Regional e Continental no Renascimento Africano</i>	<i>29</i>
2.2.2 A Cooperação Sul-Sul como Instrumento de Superação do Subdesenvolvimento	31
2.2.2.1 <i>O Brasil e a Cooperação Sul- Sul</i>	<i>34</i>
3 AS RELAÇÕES BRASIL-ANGOLA	37
3.1 Cooperação Técnica e em Defesa	38
3.2 Cooperação Infraestrutural e Energética.....	41
3.3 Cooperação Política, Cultural, Multilateral e Econômica	45
3.4 Conclusão Preliminar: O Padrão de Cooperação Brasil-Angola.....	51
4 AS RELAÇÕES BRASIL-MOÇAMBIQUE.....	53
4.1 Cooperação Técnica e em Defesa	54
4.2 Cooperação Infraestrutural e Energética.....	58
4.3 Cooperação Política, Cultural, Multilateral e Econômica	61
4.4 Conclusão Preliminar: O Padrão de Cooperação Brasil-Moçambique	64
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

O Sistema Internacional é marcado por uma assimetria de riqueza e poder que divide o mundo entre países centrais e periféricos. As relações Norte-Sul foram, ao longo da história, marcadas por um desequilíbrio que favoreceu os países centrais e subdesenvolveu os países do Sul global, o que se mostra claro na análise da história dos países da África Austral. Ainda assim, desde meados do século XX, os países do Sul começaram a questionar a lógica desigual imposta e a pensar conjuntamente alternativas para que estes laços assimétricos fossem rompidos. Dessa forma, surgiu o que conhecemos hoje como cooperação Sul-Sul, interação caracterizada por laços horizontalizados e que vem promovendo desenvolvimento nos países receptores. É neste contexto que se enquadram muitas das iniciativas diplomáticas do Brasil, em especial após a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva no governo, e as relações brasileiras com Angola e Moçambique.

O problema de pesquisa está centrado na questão de como a cooperação Sul-Sul pode impactar o desenvolvimento dos países periféricos. Sendo assim, a hipótese principal do trabalho é de que a cooperação Sul-Sul pode se apresentar como um instrumento de superação do subdesenvolvimento. Como hipóteses secundárias, assume-se que os mecanismos de cooperação Sul-Sul e o consequente rompimento com as relações assimétricas podem mudar o *status* dos países africanos no Sistema Internacional e que a atuação do Brasil em alguns países da África, notadamente Angola e Moçambique, enquadra-se no paradigma de cooperação Sul-Sul e, assim, tem sido uma ferramenta de mudança socioeconômica para estes países.

O trabalho tem como objetivo analisar os impactos da Cooperação Sul-Sul nos países periféricos, estudando em especial as relações do Brasil com Angola e com Moçambique. Desse modo, parte-se de um estudo que intenta traçar as linhas gerais das origens do subdesenvolvimento na África Austral e de que modo isto decorreu das interações assimétricas estabelecidas entre o Norte e o Sul. Propõe-se, portanto, demonstrar as diferenças qualitativas entre os dois tipos de interação, tendo-se partido da definição de cooperação Sul-Sul como um mecanismo horizontal. Os casos de Angola e Moçambique foram escolhidos por serem representativos do padrão de cooperação Sul-Sul estabelecido pela diplomacia brasileira, em especial após o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, e por apresentarem uma quantidade vultosa de projetos em execução e com certo grau de institucionalização.

Assim, este trabalho justifica-se por motivos de ordem acadêmica e prática. Sob um viés acadêmico, mostra-se importante por tentar abordar as relações Brasil-África de maneira a inseri-las no estudo das relações internacionais de forma sistêmica. Em especial, impera-se o estudo dos impactos da cooperação Sul-Sul nos países periféricos, diferenciando-a do padrão de cooperação Norte-Sul. Ademais, o estudo do continente africano ainda é muito mistificado, mesmo academia, assim como o entendimento do engajamento do Brasil nos países africanos, área cuja compreensão ainda é parca. Mostra-se essencial, então, transcender a visão do continente africano como um conjunto de países “sem futuro”, em que impera a pobreza e a desordem, fomentada principalmente por organismos ou países que tem interesses econômicos claros e com intenções intervencionistas. Destaca-se, portanto, a necessidade da compreensão dos mecanismos internos e externos que têm ajudado a desenvolver o continente, modificando sua inserção internacional. Tal aspecto deve ser particularmente ressaltado na dinâmica regional dos países da África Austral. Busca-se compreender, então, as relações de poder, em especial em seu caráter econômico, político e social entre os países posta no Sistema Internacional. O estudo do funcionamento deste sistema mostra-se essencial para que as relações assimétricas possam ser compreendidas e, enfim, rompidas. Além disso, um aprofundamento do conhecimento nesta área pode permitir maiores ímpetus diplomáticos para que a política africana do Brasil não seja excessivamente dependente da natureza política dos governos em vigor. Aqui, vale ressaltar que os benefícios da cooperação Sul-Sul fazem parte de um debate vigente no Brasil sobre como sua inserção externa deve ocorrer e, por isso, este trabalho se justifica também por contribuir com esta questão. Ademais, um estudo nesta área pode contribuir mesmo para a compreensão por parte dos países africanos dos possíveis benefícios que podem advir de um estreitamento das relações com o Brasil.

Para tal fim, será feita a instrumentalização da teoria do Sistema-Mundo. No entanto, destaca-se que tal teoria será utilizada como base explicativa para um fenômeno específico, sendo ele a relação centro-periferia, e não se assume a validade da teoria como um todo neste trabalho. A intenção é, estritamente, a utilização de alguns conceitos e dinâmicas explicitadas por essa teoria, os aplicando para o estudo em questão. Exclui-se, portanto, a análise da validade da teoria do Sistema-Mundo em sua totalidade, não tendo, dessa forma, como suposição todas as suas hipóteses. Ressalta-se, outrossim, que este trabalho não tem como objetivo listar as iniciativas de cooperação Sul-Sul na política externa brasileira ou, mesmo, mostrar como o Brasil percebe e se

beneficia destas interações, focando nos impactos destas para os países periféricos, utilizando-se os estudos de caso de Angola e Moçambique.

A metodologia utilizada para a realização da pesquisa será de caráter hipotético-dedutiva, tendo em vista por meio das hipóteses já estabelecidas e de uma análise qualitativa, alcançar a compreensão de como a cooperação Sul-Sul impacta os países periféricos, tendo como objetivo realizar um esforço conclusivo para verificar se este tipo de interação contribui para a superação do subdesenvolvimento dos países utilizados como estudo de caso. Assim, será feita uma pesquisa bibliográfica- documental que dará ênfase para conceitos e ideias principais de autores renomados que visam explicar a origem do subdesenvolvimento nestes países, utilizando-se da teoria do sistema-mundo e de uma abordagem histórico-factual. A seguir, serão explicados alguns aspectos do Renascimento Africano e da cooperação Sul-Sul. Haverá, assim, um esforço no sentido de correlacionar este segundo mecanismo com a mudança na situação socioeconômica dos países pesquisados. Para a demonstração dessa proposição, serão feitos dois estudos de caso.

Para atingir o que foi proposto, o trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro deles tem como objetivo a discussão da dinâmica dos países periféricos e de como a cooperação Sul-Sul pode influenciar nesta. Primeiramente, será descrita a interação dos países periféricos com os países centrais, utilizando-se elementos teóricos e históricos, tendo em vista traçar em linhas gerais as origens do subdesenvolvimento na África Austral. A seguir, será feita uma análise dos mecanismos que podem ajudar no rompimento dessa situação de marginalização socioeconômica, elucidando brevemente o que é o Renascimento Africano e o papel dos mecanismos de integração para o mesmo, mas tendo como foco principal uma análise da cooperação Sul-Sul. Por fim, será descrito de modo sucinto a maneira como o Brasil vem promovendo, em especial a partir de meados da década de 2000, tal viés de cooperação.

O segundo capítulo é composto pelo primeiro estudo de caso, sendo ele as relações entre Brasil e Angola. Primeiramente, serão traçadas as iniciativas mais importantes da história da interação entre os dois países sob o viés da cooperação Sul-Sul, até o governo Lula. A seguir, tendo em vista delinear como estão as relações atuais entre Brasil- Angola, serão salientados os projetos em execução em especial a partir do governo Dilma Rousseff, embora alguns projetos que ainda se mostram importantes iniciados anteriormente também serão citados. Para tal, serão apresentadas as iniciativas de cooperação técnica e em defesa entre os dois países. A seguir, serão mostrados alguns aspectos da cooperação infraestrutural e energética e, em seguida, serão

delineados alguns traços da cooperação política, cultural, multilateral e econômica. Por fim, será feita uma conclusão preliminar tendo em vista esboçar qual o padrão atual de cooperação Brasil-Angola.

O terceiro capítulo é correspondente ao segundo estudo de caso, que explicita as relações entre Brasil e Moçambique. Em um primeiro momento, como no segundo capítulo, serão traçadas algumas das ações, principalmente desde a independência de Moçambique, que foram importantes para a consolidação dos laços Sul-Sul entre Maputo e Brasília. Na seção seguinte, será mostrada, sob uma perspectiva contemporânea, a cooperação técnica e em defesa estabelecidas. A seção 4.2 destina-se a explicitar a cooperação infraestrutural e energética e a 4.3 traça algumas iniciativas de cooperação política, cultural, multilateral e econômica. Como no segundo capítulo, será feita uma conclusão preliminar tendo em vista sugerir o padrão de cooperação Brasil-Moçambique. Por fim, serão esboçadas algumas considerações finais, nas quais se busca verificar como os estudos de caso se enquadram na cooperação Sul-Sul e qual o papel da relação do Brasil com Angola e Moçambique para a mudança no padrão socioeconômico destes países.

2 A DINÂMICA DOS PAÍSES PERIFÉRICOS E O PAPEL DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

O Sistema Internacional é marcado por uma assimetria de riqueza e poder que divide o mundo entre países centrais e periféricos. As relações Norte-Sul foram, ao longo da história, marcadas por um desequilíbrio que favoreceu os países centrais e subdesenvolveu os países do Sul global, o que se mostra claro na análise da história dos países da África Subsaariana. Ainda assim, desde meados do século XX, com início na Conferência de Bandung, os países do Sul começaram a questionar a lógica desigual imposta a eles pelo sistema e a pensar conjuntamente alternativas para que estes laços assimétricos fossem rompidos. Assim, surge a ideia de cooperação Sul-Sul, interação caracterizada por laços horizontalizados e que vem promovendo desenvolvimento nos países receptores. É neste contexto que se enquadram muitas das iniciativas diplomáticas do Brasil, em especial após a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva no governo, e as relações brasileiras com Angola e Moçambique.

2.1 O Subdesenvolvimento e suas Origens

Para a compreensão da dinâmica na qual os países periféricos estão inseridos é essencial analisar as relações dos mesmos com os países do centro. Assim, diversos mecanismos, a exemplo das trocas desiguais, retardaram ou bloquearam o desenvolvimento dos países do Sul. Vários destes podem ser verificados ao longo da história da África Austral, passando por sua história colonial- que condicionou sua forma de produção à dinâmica central e fez com que as economias se especializassem em produtos de baixo valor agregado-, mas também por seu período independente, em que várias iniciativas forçadas de imposição de liberalização, como os Programas de Ajuste Estrutural (PAEs), e as vultosas dívidas externas acumuladas submeteram os países da região à condição de subdesenvolvimento.

2.1.1 A Dinâmica dos Países Periféricos e sua Relação com o Centro

Para compreensão da dinâmica dos países periféricos é essencial inseri-los no contexto global, sendo primordial considerar o funcionamento da economia mundial, na qual se conforma a relação centro-periferia. Tal relação deve ser pensada em termos de fluxos de riqueza globais,

responsáveis, ao menos parcialmente, pela pujança de alguns Estados *vis-à-vis* o subdesenvolvimento de outros. Para a melhor compreensão de tais fatores, será instrumentalizada a teoria do Sistema-Mundo, utilizando-se principalmente das ideias de Immanuel Wallerstein e de Samir Amin, sendo acrescentados em seguida alguns elementos adicionais, assim como as ideias de outros autores. De acordo com Wallerstein, o Sistema-Mundo é uma estrutura que molda e determina os eventos mundiais, sendo organizado sob a lógica capitalista. Parte-se da suposição que há uma desigualdade hierárquica neste Sistema e que a realidade social imposta por ele determina, ao menos em parte, as opções dos países que o compõe. Os países do Sistema Internacional, então, ocupam posições diferentes no mesmo, o que tem como principal inferência a dinâmica centro-periferia. O Sistema-Mundo capitalista hoje difere de outros sistemas uma vez que constrói efetivamente um sistema mundial, em que todas as formações (centrais e periféricas) estão ordenadas em um único sistema organizado e hierarquizado. Isso implica a existência de uma economia-mundo, que é um sistema econômico capitalista e integrado por uma divisão internacional do trabalho¹. A lógica do sistema pode ser percebida por meio da “proporção que uma sociedade vive do excedente que ela mesma gerou ou do excedente gerado por outra sociedade” (AMIN, 1975, p. 16, tradução nossa²). Ressalta-se, outrossim, que as formações periféricas não são excluídas do sistema, mas sim o compõe de maneira marginal. Por isso, pode-se inferir que ‘centro-periferia’ é um conceito relacional.

Historicamente, as funções atribuídas à periferia advêm da necessidade da expansão do capitalismo central (AMIN, 1975, p. 71). Mesmo assim, Samir Amin ressaltou que as relações entre o centro e a periferia seguiam sendo marginais quantitativamente em relações aos fluxos internos do centro. Assim, como lembra Immanuel Wallerstein, “uma economia-mundo capitalista é marcada por uma divisão axial de trabalho entre processos produtivos centrais e processos produtivos periféricos, que resulta nas trocas desiguais favorecendo aqueles envolvidos com os processos centrais” (2007, p.17, tradução nossa³). Dessa forma, o que é qualificado como centro ou como periferia é o processo de produção, e não propriamente o Estado ou unidade territorial. Segundo esta teoria, tais processos estão altamente vinculados ao desenvolvimento tecnológico, sendo os mais avançados situados no centro. Ainda, vale ressaltar que estes

¹ A economia-mundo é qualquer sistema econômico integrado, não necessariamente englobando todos os países do mundo. Ainda assim, vale lembrar que cada vez mais a economia-mundo corresponde à economia mundial, devido à expansão do capitalismo em escala global.

² Do original em espanhol.

³ Do original em inglês.

processos têm um período de vigência, o que significa que os processos caracterizados como centrais em um determinado período histórico tem a tendência a esgotar-se, tornando-se, assim, periféricos (WALLERSTEIN, 2007). Exemplo disso é a produção têxtil, que hoje se situa em grande medida na periferia, mas outrora era um processo central.

Segundo Paulo Visentini, o “salto tecnológico” das economias centrais, que tem como decorrência a sobrevalorização das importações, tem como objetivo recuperar e redimensionar a acumulação de capital, mantendo a dominação e a marginalização das economias periféricas, que não conseguem se inserir na lógica da competitividade internacional, não tendo força política suficiente para promover sua indústria incipiente (VISENTINI, 2004), criando-se, assim, a dependência tecnológica. Há, portanto, uma importante decorrência política advinda dos fenômenos econômicos supracitados. Deve-se inferir, portanto, que o capitalismo cria uma estrutura de desigualdade de poder e de riqueza não só na esfera econômica, mas também nas esferas social, cultural, legal e política (BRACKING; HARRISON, 2003). Por conseguinte, o “subdesenvolvimento não pode ser visto como um estado original, cuja responsabilidade residiria nos países que são subdesenvolvidos, mas como consequência do capitalismo histórico” (WALLERSTEIN, 2007, p.12, tradução nossa⁴).

As formações hierarquizadas entre centro e periferia são baseadas, como mencionado, nos processos produtivos vigentes em cada estrutura. É importante ressaltar que, segundo a teoria do Sistema-Mundo, e contrariando o senso comum, os processos centrais seriam aqueles que são relativamente monopolizados, devido a maior lucratividade dos mesmos, e que seriam possibilitados pela presença de Estados mais fortes e estruturados. A monopolização, portanto, melhora os termos de troca. Sistemas periféricos apresentam menor capacidade de controle econômico e, como consequência, alinham-se mais com a ideia de livre comércio. Assim, Estados fracos tendem a manter suas fronteiras abertas para os fluxos advindos dos Estados fortes. Como explica Wallerstein (2007):

O que queremos dizer com centro-periferia é o grau de lucratividade do processo de produção. Uma vez que a lucratividade está relacionada ao grau de monopolização, o que essencialmente queremos dizer por processos centrais é que são aqueles em que se estabelece um quase-monopólio. Os processos periféricos é que são os verdadeiramente competitivos [...]. Como resultado, há um constante fluxo de mais-valia dos produtores que produzem produtos

⁴ Do original em inglês.

periféricos para os produtores que produzem produtos centrais (p.28, tradução nossa⁵).

Tal entendimento vai ao encontro da análise de Fernand Braudel, para quem o capitalismo somente existe com a incidência do monopólio, sendo ele próprio o anti-mercado (BRACKING; HARRISON, 2003). Apesar da caracterização ser feita por meio do processo produtivo, é importante ressaltar que há, como pode ser notado empiricamente, uma consequência geográfica destes processos; “processos centrais tendem a se agrupar em alguns Estados e constituir a base da atividade produtiva nestes” (WALLERSTEIN, 2007, p.28, tradução nossa⁶), sendo estes Estados os com maior força no Sistema Internacional⁷. O que é crucial notar é que estes fenômenos não são resultados de políticas erradas, mas sim da fraqueza endêmica das estruturas estatais em zonas onde a maioria dos processos produtivos são periféricos e são, portanto, fontes débeis de acumulação de capital.

Desta interação decorre, portanto, o fato do comércio internacional não ser uma troca entre iguais. Dessa maneira, conformam-se as trocas desiguais, que é uma decorrência da dinâmica centro-periferia. Trocas desiguais, de acordo com Samir Amin (1975), seriam, grosso modo, a necessidade, crescente ao longo do tempo, da comercialização de cada vez mais produtos primários para comprar a mesma quantidade de produtos manufaturados⁸. Historicamente verifica-se uma deterioração dos termos de troca, em especial das *commodities* em relação às manufaturas (FIORI; MEDEIROS; SERRANO, 2008). No que tange a dinâmica centro-periferia, o centro é composto basicamente por países economicamente mais fortes e que impõem para os países periféricos uma lógica comercial que faz com que os lucros do comércio sejam transferidos da periferia para o centro. Além disso, a taxa de lucro verificada nos países periféricos era mais elevada, o que intensificava a busca do capital central por tal remuneração. Esta dominação se expressa também na estrutura dos financiamentos: no centro, como o

⁵ Do original em inglês.

⁶ Do original em inglês.

⁷ Aqui, pressupõe-se que os Estados ditos “fortes” não são apenas aqueles capazes de exercer autoridade internamente, mas também projeção política e econômica no Sistema Internacional.

⁸ Vale destacar, contudo, que nos dias atuais vigora um padrão de comércio diverso, que nos últimos anos foi pautado pelo aumento dos preços das *commodities*, em grande medida relacionado ao crescimento chinês, quando, então, os termos de troca melhoraram para os exportadores de produtos primários. Hoje, no entanto, houve uma reversão cíclica deste processo e os preços das *commodities* estão em queda. Ainda que isso possa significar mudanças nos padrões de comércio internacional hoje, utiliza-se aqui o termo ‘trocas desiguais’ devido à sua vigência histórica e contribuição para a origem do subdesenvolvimento de muitos países africanos.

capitalismo é nacional, o financiamento é interno; na periferia, provém em grande parte do capital estrangeiro. Se as inversões produtivas são financiadas pelo capital estrangeiro, devem conduzir a um fluxo dos lucros em sentido inverso⁹, de modo que o desenvolvimento é dificultado. As trocas desiguais se traduziram em desigualdade de produtividade o que, somado à transferência de valor da periferia para o centro, fez com que o crescimento daqueles países fosse bloqueado (AMIN, 1975). Assim, as relações assimétricas resultantes da dinâmica centro-periferia podem ser consideradas uma espécie de imperialismo econômico informal (LESSA, 2011).

Nesse sentido, devemos entender a globalização como um processo seletivo, isto é, os países que ocupam a posição de centro têm benefícios, enquanto os outros são marginalizados do processo. Por isso, ao invés da “universalização” do mundo, a globalização torna os espaços cada vez mais heterogêneos (MOREIRA, 1997¹⁰ apud VISENTINI, 2004). Ou seja, ao contrário do que muitas vezes é pregado pelo senso comum, o modo de produção capitalista é homogêneo, mas o mesmo não pode ser dito do sistema capitalista, que é caracterizado por assimetrias estruturais (AMIN, 1975).

2.1.2 As Origens Históricas do Subdesenvolvimento na África Austral

A inserção da África hoje no Sistema Internacional, assim como sua trajetória de subdesenvolvimento, não pode ser desvinculada de sua herança colonial e do rumo, condicionado por este passado, das economias africanas na era pós-colonial. Durante o período de domínio externo, as economias africanas passaram a ser subsidiárias das economias metropolitanas. Assim, as metrópoles buscaram o monopólio das economias africanas e a produção de *commodities* mais baratas, com produtos direcionados especialmente aos Estados europeus e com altos níveis de produtividade. Neste sentido, a busca por complementaridade econômica iniciou um processo de especialização da produção colonial, que tem impactos nocivos nestes países até os dias atuais (AMIN, 1975). Outra característica importante moldada neste período foi a conformação de uma grande dependência das exportações. É importante ressaltar que a lógica dos regimes coloniais foi mantida após a independência por muitos líderes dos novos Estados,

⁹ Além disso, vale frisar a importante decorrência política do financiamento externo, uma vez que quem provê o capital acaba adquirindo grande poder de decisão sobre os seus rumos.

¹⁰ MOREIRA, Igor. **O processo de Globalização e Regionalização**. Porto Alegre: Ciências e Letras, 1997.

pois se acreditava que por meio do comércio externo (de produtos agrícolas e de minerais) seria possível financiar o desenvolvimento africano. Essa percepção, que se provou errônea, uma vez que os saldos deste comércio não foram reinvestidos na economia local, fez com que as economias africanas inicialmente apresentassem crescimento, mas, como não foi acompanhado de desenvolvimento (M'BOKOLO, 2011), acabou por perpetuar a lógica das trocas desiguais¹¹. O empobrecimento africano e sua inserção como periferia é resultado, portanto, de um processo histórico e, mais que isso, de uma característica sistêmica da lógica capitalista.

É importante entender a entrada da Europa no continente diferentemente do colonialismo tradicional que ocorreu na América¹². Na África, os europeus tinham intenções limitadas, de caráter exploratório, e poucos chegaram a se estabelecer. Por isso, o investimento em infraestrutura foi mínimo na maioria dos países. Como lembra Wallerstein (2007):

A realidade básica era que o Estado colonial era simplesmente o Estado mais fraco do sistema interestatal, com o mais baixo grau de autonomia real e, conseqüentemente, sujeito ao máximo à exploração por firmas ou pessoas de outro país, a chamada metrópole. Claro que um dos objetivos do poder colonial era não somente assegurar seu controle do processo produtivo, mas também garantir que nenhum outro Estado relativamente forte no sistema-mundo pudesse ter acesso aos recursos ou mercados da colônia (p.56, tradução nossa¹³).

Depois disso, a construção das sociedades independentes foi marcada por um panorama internacional conturbado, no contexto da Guerra Fria, e por cenários nacionais também desfavoráveis, havendo a necessidade de reconstrução quase total de alguns Estados, principalmente aqueles que passaram por guerras civis. Tal padrão fica claro nos países da África Austral, com destaque para Moçambique e Angola. Outra adversidade é o fato de que, logo após

¹¹ Vale ressaltar, neste momento, que até o início do século XX os termos de troca pareciam evoluir favoravelmente aos fornecedores de produtos primários, o que fazia os países periféricos, e principalmente suas elites, desconsiderarem a vulnerabilidade advinda dessa especialização em prol da aparentemente ilimitada expansão das exportações e do crédito. Esse cenário mudou drasticamente após a crise de 1929 (HOBBSAWN, 2011).

¹² O colonialismo português teve características particulares importantes que contribuíram para a situação precária de suas colônias. Houve um grande enfraquecimento do Estado africano no período, submetendo as sociedades dos países envolvidos à aculturação, humilhação e exploração. Em Angola e Moçambique houve a imposição de um regime de trabalho forçado. Além disso, o processo de formação de riqueza estava quase totalmente nas mãos dos brancos. O colonialismo português foi responsável pela recusa de qualquer forma de evolução de suas colônias e muitas vezes foi o fator preponderante da inviabilização das relações de Angola e Moçambique com o Brasil (CAHEN, 2012).

¹³ Do original em inglês.

os períodos das independências nacionais, muitos países africanos obtiveram empréstimos tendo em vista financiar a consolidação dos novos Estados. Esses empréstimos foram necessários particularmente devido à deterioração dos termos de troca e à baixa dos preços de produtos primários em vigência naquele período. Isso implicou em dificuldades quase constantes no balanço de pagamentos, que se traduziram no desequilíbrio estrutural fundamental centro-periferia e na transferência de valor sistemática da periferia para o centro (AMIN, 1975). Esses acontecimentos se deram em um contexto de transição para o padrão dólar-flexível, quando a volatilidade dos preços aumentou consideravelmente (FIORI; MEDEIROS; SERRANO, 2008).

As dificuldades econômicas enfrentadas por governos por toda a parte a partir dos anos 1970 fez com que fosse extremamente difícil para estes Estados, mesmo os governados por antigos movimentos anti-sistêmicos, resistir às pressões do ajuste estrutural e de abertura de fronteiras. Neste período, então, os grandes débitos africanos foram fortemente sentidos, chegando a representar 90% do PIB na África subsaariana, o que engessou a economia (THOMPSON, 2010). Com a incapacidade de gerir os Estados, ocorreram os Programas de Ajuste Estrutural (PAE) promovidos pelos fundos financeiros internacionais, nomeadamente o FMI¹⁴, e que visavam à reestruturação da economia mundial. No entanto, os PAEs impunham condicionalidades, dentre as quais constava uma agenda liberalizante, inserindo, então, muitos destes países novamente na lógica desigual Norte-Sul. Assim, tais interações eram marcadas pelo

[...] assistencialismo permeado por interesses de natureza política, estratégica e comercial. Além disso, eivado de condicionalidades, esse assistencialismo deixa de contemplar as reais prioridades nacionais dos estados receptores, o que leva à perpetuação da dependência ante os países centrais (ALVES, 2013, p.14).

Essa liberalização precipitada e desregulada, que se apresentou como única alternativa para muitos Estados, acabou por implicar desastre social que gerou ainda mais atraso no continente africano. Esses programas, que subordinaram as economias aos interesses Ocidentais, também tinham como uma de suas condições básicas o favorecimento da produção agrícola e, conseqüentemente, ampliaram as trocas desiguais, além de muitas vezes desestabilizarem as moedas nacionais, gerando inflação. Ademais, a abertura financeira tende a aumentar a diferença entre os juros internos e os externos, o que dificulta ainda mais o pagamento da dívida externa

¹⁴ Samir Amin ressalta que a função do FMI é manter os comportamentos monetários da periferia dentro do marco das necessidades do Sistema Internacional (AMIN, 1975, p.119).

(FIORI; MEDEIROS; SERRANO, 2008). Esse cenário acarretou altos níveis de desemprego e diminuição dos gastos públicos e, uma vez que o Estado é fundamental para a alocação de recursos e encontrava dificuldades para arrecadar, pode-se dizer que os programas mudaram o *status quo* do continente (THOMSON, 2010). Desse modo, a abertura econômica criou dependência da importação de capital. Como lembra Amin (1975)

se não atuam em tempo certos meios de controle dessas relações exteriores e de orientação e estratégia de transição, a crise permite às potências e às instituições internacionais que dependem delas intervir para impor uma “estabilização” que sempre sacrifica deliberadamente os objetivos de desenvolvimento e as exigências de solvência a curto -prazo (p. 122, tradução nossa¹⁵).

Constata-se, portanto, que a ajuda externa recebida neste período e nos períodos subsequentes é superada pela transferência de valor da periferia para o centro por meio do mecanismo das trocas desiguais, além de grande parte do orçamento dos países devedores acabarem sendo direcionados para a amortização da dívida, criando um déficit tendencial crônico.

Neste sentido, outrossim, vale destacar a postura paradoxal do centro *vis-à-vis* aos países do Sul no geral, e aos países da África em específico, quanto a imposição de uma agenda liberalizante como único trajeto rumo ao desenvolvimento. O caráter contraditório deve-se em grande medida ao uso de práticas protecionistas no período histórico que os países hoje centrais estavam consolidando seus Estados. Como lembra Lessa (2011) “entre o final de 1870 e o início dos anos 90, assistiu-se ao triunfo do protecionismo e à reversão do livre-cambismo como prática no comércio intencional” (p.128), momento este de consolidação dos países com industrializações atrasadas, a exemplo dos EUA e da Alemanha (OLIVEIRA, 2003)¹⁶.

Como nos mostra Ha-Joon Chang é importante lembrar que os períodos de estagnação na África não podem ser atribuídos a fatores estruturais internos, estando altamente vinculados à adoção de uma agenda liberalizante em países ainda debilitados, o que reforça a lógica centro-periferia. Os PAEs, portanto, fizeram com que estes países acentuassem sua especialização em matérias-primas, tornando o problema da balança comercial ainda maior (CHANG, 2010). Outro grande problema enfrentado pelos países africanos hoje é a perpetuidade do sistema de monocultura, uma vez que o PIB é condicionado a um só produto. Dessa forma, quando há baixa

¹⁵ Do original em espanhol.

¹⁶ Segundo Chang (2004), fizeram parte da estratégia da fase de *catch-up* norte-americana as tarifas protecionistas, tornando-se “essenciais para a plasmação do projeto de desenvolvimento nacional”.

nos preços ou perda da colheita há grande prejuízo para a toda a economia (THOMSON, 2010). Esses “mercados fechados” fazem com que seja possível aos compradores baixarem os preços, estabelecendo-se uma espécie de monopólio. Como lembra Hobsbawm (2011), as metrópoles “tornaram um complexo de territórios coloniais que crescentemente evoluíram em produtores especializados de um ou dois produtos primários de exportação para o mercado mundial, de cujos caprichos eram totalmente dependentes” (p. 109). O resultado mais expressivo dessa especialização é a complementaridade econômica criada obrigatoriamente com os países com processos de produção mais desenvolvidos, o que permite a dominação da periferia até os dias atuais (AMIN, 1975). Todo esse complexo cenário no continente intensificou-se com o fim da Guerra Fria, quando a ausência de um contrapeso aos Estados Unidos tornou os países mais vulneráveis aos mecanismos financeiros. Além disso, como houve uma perda de importância estratégica, ocorreu uma maior marginalização continental. Em tendência contrária, com o afastamento das potências, uma vez que o engajamento anterior era devido, em grande medida, à estabilização da correlação de forças entre URSS e EUA, pareceu possível uma rearticulação dos países a partir de forças locais (VISENTINI, 2004).

Hoje, a relação centro-periferia ainda é sentida de diversas maneiras. Primeiramente, vale ressaltar que a maioria dos países africanos segue comercializando mais com países do Norte do que com seus vizinhos, ou com outros países periféricos e semiperiféricos¹⁷, mantendo as relações de dependência (THOMPSON, 2010), uma vez que seu balanço de pagamentos segue muito dependente das exportações. Ademais, o centro continua comercializando mais entre si, o que pode ser exemplificado pelo fato da África representar apenas 3% do comércio mundial, assim como apenas 5% do IED mundial é destinado para o continente (MOGHALU, 2014). Outra questão é que, atualmente, a demanda por produtos africanos no comércio internacional continua diminuta: em 2007 o continente representava apenas 2,6% das exportações mundiais. Além disso, a pauta de exportações africanas é pouco diversificada: no período entre 2000 e 2007 o gás natural e o petróleo constituíram 75% do total e apenas cinco produtos representavam mais de 1% das exportações (DIEZ; GOMEZ, 2010). E, apesar do continente vender certa quantidade de produtos industriais, em sua maioria é de baixo valor agregado.

¹⁷ Estados semiperiféricos são híbridos, ou seja, neles há uma mescla entre os processos centrais e periféricos dentro da mesma unidade nacional.

A dependência do setor externo faz com que haja uma distância cada vez maior das produtividades setoriais nas economias periféricas, devido ao maior desenvolvimento do setor exportador. Dessa forma a “economia subdesenvolvida é formada por átomos justapostos, não integrados, cuja densidade de fluxos dos intercâmbios externos é muito mais forte” (AMIN, 1975, p.229, tradução nossa¹⁸), sendo as inversões industriais sempre voltadas para o setor exportador. Além disso, a presença de multinacionais estrangeiras em setores básicos da economia é muito acentuada e, mais do que somente a presença das mesmas, estas empresas tendem a produzir para o mercado externo, havendo pouca reinversão de lucros na economia local. Sendo assim, a ampla maioria das indústrias situadas na periferia ou são extrativas ou são controladas por capital estrangeiro, não conseguindo ser fonte de desenvolvimento endógeno. Como lembra Austen (1982), então, a economia da maioria dos países africanos acaba focada na reprodução dos processos centrais, ao invés da produção de uma dinâmica própria.

É importante, no entanto, ressaltar que há grande margem de diferença na situação econômica estrutural dos diferentes Estados, que englobam diferentes projetos nacionais, em um continente tão grande como o africano. Alguns países estão mais inseridos na lógica do comércio desigual Norte-Sul, com destaque para aqueles com Estados nacionais fracos ou mesmo os que não desenvolveram indústria ou não dispõem de recursos valorizados, como o petróleo. Os aspectos comuns, como os traçados acima, podem ser encontrados devido a uma trajetória partilhada no que se refere ao período colonial, à transição pela qual muitos países passaram para delinear o Estado-nação, a qual teve como características muitas imposições externas, e à formação de sua economia como periférica, ou seja, dominada pelo capital central. Assim, ainda que a teoria permita englobar a África como um todo em muitos aspectos, este trabalho não tem o objetivo de avaliar a situação continental em toda a sua extensão e, sim, de aplicar uma teoria geral para os casos específicos de dois países, notadamente Angola e Moçambique.

Ainda assim, a imagem africana de periferia há muito se perpetua devido, também, aos interesses europeus e norte-americanos de sustentar o argumento de que os países africanos não podem governar a si próprios. Tal discurso justifica, assim, as diversas formas de interferência na política continental (disfarçadas de ajuda humanitária ou de ímpetus democráticos) como meio para atingir seus próprios objetivos de exploração econômica. Mais que isso, pregam a erradicação da pobreza por meio da caridade, ao invés de considerar os mecanismos sociais que

¹⁸ Do original em espanhol.

geram essa pobreza -e que são promovidos sobremaneira pelos próprios países desenvolvidos- o que faz com que a situação marginal se intensifique (AMIN, 2003). Esse quadro de desastroso, apesar de em parte fidedigno, foi, como diz M´Bokolo

concebido por olhares estrangeiros, na sua maioria apressados, prisioneiros do espetacular, sensíveis aos dramas do cotidiano, impressionados pela sucessão e pela precipitação dos acontecimentos, essas percepções, o mais das vezes, foram negativas e pessimistas quanto ao futuro do mundo negro (2011, p. 710).

Assim, a África esteve e está, sem dúvidas, inserida em uma conjuntura capitalista que a desprivilegiou de muitas formas e retardou seu desenvolvimento em prol de suas metrópoles, em um primeiro momento e, logo, dos países Ocidentais que geraram na economia africana uma relação de dependência e impediram um processo autossustentado de criação de Estados e de prosperidade econômica. Não obstante, o futuro do continente africano não é tão obscuro quanto o previsto por análises imediatistas (e muitas vezes com intenções intervencionistas), uma vez que o progresso econômico e o fortalecimento dos países estão ocorrendo endogenamente, com destaque aos mecanismos de cooperação e integração. Desse modo, é importante que todos os problemas africanos não sejam atribuídos à dependência e que seja incentivada a modernização e a industrialização econômicas internas, assim como uma melhor inserção no cenário internacional. Neste sentido, o Renascimento Africano tem sido um instrumento importante de promoção desses mecanismos, assim como a cooperação Sul-Sul.

2.2 O Renascimento Africano e a Cooperação Sul-Sul: Diferentes Vias de Superação do Subdesenvolvimento

O Renascimento Africano é um processo de renovação que visa a superação do subdesenvolvimento na África através de práticas endógenas, e está atingido seu ápice no início do século XXI. Para que este movimento atinja seus objetivos, que incluem coesão social, reinserção internacional e mudança no padrão econômico, algumas iniciativas são fomentadas interna e externamente. Interno ao continente africano, destacam-se os mecanismos de integração continental e regional, como a União Africana (UA) e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), que vem sendo instrumentos primordiais para atingir tais metas.

Externamente, há o incentivo à cooperação Sul-Sul, que promove práticas horizontalizadas e mais simétricas, e que será o objeto da análise deste trabalho.

2.2.1 O Renascimento Africano e o Papel da Cooperação

Percebe-se que a lógica do capital no Sistema Interestatal moderno cria assimetrias pelas quais se estabelecem os vínculos centrais e periféricos, estes tendo caráter estrutural e sistêmico. No entanto, segundo Wallerstein (2007), os Estados podem interferir nessa lógica, fazendo alianças com o capital nacional, buscando, dessa maneira, atrair atividades centrais. O fortalecimento dos Estados nacionais, necessário para mudar o balanço de poder do sistema, está ocorrendo em escala mundial através de mecanismos de cooperação e de integração, os quais vêm obtendo êxitos em subverter a lógica impositiva dos países Ocidentais frente aos países subdesenvolvidos. A tendência de marginalização, então, que havia prevalecido na história africana desde o período colonial, começou a ser revertida com o que pode ser chamado de Renascimento Africano, processo de recuperação econômica que visa promover o crescimento autossustentado, utilizando-se da integração regional e da cooperação Sul-Sul para atingir seus objetivos.

O chamado Renascimento Africano, que está tendo seu auge no século XXI, pode ser considerado um processo com origens mais longínquas. Pode-se citar alguns acontecimentos que marcaram seu início, como a independência da Namíbia (1990), a pacificação de Moçambique (1992) e o fim do Apartheid (1994). Esses episódios modificaram a inserção da África no cenário internacional, ainda que, nos anos 1990, a situação econômica e social dos países africanos não tenha apresentado grandes avanços. O início do século XXI, entretanto, trouxe a já citada intensificação dos processos de integração e o advento da cooperação Sul-Sul, o que permitiu ao continente um desenvolvimento autossustentado e reduziu a dependência econômica do Ocidente. Esse processo intensificou-se e, hoje, a África apresenta uma taxa de crescimento expressiva.

O Renascimento é um processo de construção nacional (M'BOKOLO, 2011). Sendo assim, deve ser um processo endógeno, que pode ser atingido por meio de uma diplomacia pan-africana e por mecanismos internos de resolução de conflitos, que estão sendo promovidos pela União Africana (UA). Assim, a tentativa de superar as lacunas deixadas pela dominação colonial fez com que o Estado se tornasse ator fundamental no processo de desenvolvimento econômico e

na implementação de política de fomento à atividade industrial e na modernização da produção agropecuária (MANUEL, 2012). A conjuntura na África é favorável, uma vez que está havendo um fortalecimento institucional, o continente superou a crise de representatividade que se estabeleceu após a queda de Kaddafi¹⁹ e sua taxa de crescimento é maior do que o de alguns países da Ásia (KUZMIN, 2013). Além disso, o investimento estrangeiro na África começa a crescer acentuadamente a partir dos anos 2000. Assim, surgem na África novas formas de acumulação, desvinculadas da lógica subversiva Norte-Sul, que são produtos de relações sociais articuladas a novas cadeias produtivas e de comércio (BRACKING; HARRISON, 2003).

2.2.1.1 O Papel da Integração Regional e Continental no Renascimento Africano

Já no período imediato após as independências, a necessidade da integração africana para fortalecer os novos Estados e para adquirir uma melhor inserção no Sistema Internacional foi anunciada por muitos pensadores, a exemplo de Kwame Nkrumah²⁰. Nkrumah entendia que a independência de Gana não fazia sentido se não fosse relacionada à independência de toda a África, prevendo que “a unificação total da economia africana à escala continental era o único meio de que dispunham os Estados africanos para atingirem um nível que se assemelhasse ao dos países industrializados” (NKRUMAH, 1963²¹ apud M´BOKOLO, 2011, p.643). Neste contexto, criou-se a percepção, que levaria muito tempo para ser colocada em prática, da necessidade de uma solução africana para problemas africanos e de uma forma de desenvolvimento endógeno e autossustentado.

Por meados da década 1990, quando parecia que os Estados da África austral, região que por anos foi uma das mais turbulentas do continente, estavam encontrando meios para a paz, outras zonas de conflito começaram a surgir, como o Chifre da África²², devido à mudança na conjuntura internacional. Mesmo que os conflitos se limitassem à área de um só Estado acabavam comprometendo a estabilidade também dos Estados vizinhos devido ao movimento dos refugiados e às rotas de suprimento. “Foi essa situação que estimulou a procura à escala regional

¹⁹ Muammar Kaddafi era o chefe de Estado da Líbia e defendia o autogoverno e a integração africana, opondo-se aos interesses Ocidentais. Após a eclosão de uma guerra civil em 2011, Kaddafi foi morto. As facções contrárias ao governo receberam ajuda da OTAN.

²⁰ Primeiro presidente de Gana (1965-1966). Foi líder do processo de independência do país.

²¹ NKRUMAH, K. **Africa Must Unite**. New York: Frederick A. Praeger, 1963.

²² Região do leste da África que engloba países como Somália e Etiópia.

e continental das soluções coletivas para os conflitos e, simultaneamente, reativou as dinâmicas pan-africanas” (MBOKOLO, 2011, p.703). Em meio à complexa situação em que se encontrava o continente no final do século XX, destacaram-se os Estados da África do Sul e da Nigéria, que juntos representavam mais de 60% do produto nacional da África subsaariana, e que pareciam ser capazes de liderar um processo de mudanças no continente.

Assim, neste novo contexto de aspirações sociais, mudança no panorama dos conflitos intercontinentais e rápido reordenamento da economia mundial, houve uma aceleração dos processos de integração, que vem mudando o *status quo* dos países africanos. Os processos de integração, na medida em que revigoram os Estados e tonificam sua posição no Sistema Internacional, devem ser vistos como um meio de afirmação de soberania estatal (VISENTINI, 2010). Como já mencionado, muitos países africanos continuam comercializando mais com países ocidentais do que com seus vizinhos próximos, o que consolida os laços de periferia em escala continental. Um dos principais objetivos de muitos dos processos de integração do continente é mudar esse quadro, promovendo e incentivando maior fluxo comercial entre os países-membros, tendo em vista o fortalecimento do continente através de melhores termos de troca.

A União Africana (UA) representa uma tentativa de integração continental, buscando, através de similaridades históricas e culturais, unir o continente e promover o desenvolvimento. Ela apresenta uma ameaça aos interesses Ocidentais, uma vez que se opõe às tentativas de exploração e apresenta uma política comum de defesa e segurança. A UA também representa uma objeção ao Comando dos Estados Unidos para África (AFRICOM)²³. Outra iniciativa no âmbito continental é a Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD) que intenta, através de práticas pan-africanistas, promover desenvolvimento socioeconômico, que tem como base a autoconfiança do continente e crescimento integrado, em uma marcha para a desmarginalização da África. O grupo propõe uma nova dinâmica para o desenvolvimento, estabelecendo uma barganha com o Ocidente: promove práticas políticas e econômicas em troca de ajuda internacional e investimentos (VISENTINI, 2010).

Em uma perspectiva regional, o processo de paz pelo qual passou a África Austral fez com que iniciativas de integração começassem a se consolidar como via de garantir a estabilidade

²³ Comando militar dos EUA na África que pretende impor os interesses ocidentais no continente, com destaque para a livre circulação dos recursos energéticos.

social e assegurar uma inserção internacional menos onerosa. A África do Sul se insere nesse contexto, principalmente após o Apartheid, como uma potência regional média que tem função de liderança nesses processos. Dentre eles, destaca-se a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), criada para contrapor-se ao regime sul-africano do Apartheid, mas que, com o fim deste, incorporou a África do Sul e se tornou um dos processos mais promissores do continente. Tem como metas o desenvolvimento econômico, a segurança regional e o incentivo à utilização de produtos nacionais, visando, assim, o fortalecimento global dos países-membros. Importante destacar que o bloco tem caráter desenvolvimentista, pregando o dirigismo econômico e a presença estatal²⁴. Pode-se citar, também, outras iniciativas regionais de cooperação, a exemplo da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS) e do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA).

2.2.2 A Cooperação Sul-Sul como Instrumento de Superação do Subdesenvolvimento

A análise do Sistema-Mundo anteriormente descrita visa entender teoricamente como alguns países do continente africano assumiram a posição de subdesenvolvimento na qual se encontram hoje. A partir da premissa que em grande medida sua situação pode ser atribuída à dinâmica centrada no comércio Norte-Sul, e partindo do pressuposto que o progresso é uma possibilidade, ou uma escolha, tentar-se-á traçar os benefícios e as mudanças que podem advir da cooperação Sul-Sul. Neste sentido, admite-se a potencialidade da cooperação internacional em romper a lógica assimétrica do sistema e, com isso, este tipo de interação poderia ser considerada fator relevante para o desenvolvimento socioeconômico dos países tidos como periféricos. O continente africano, em outras palavras, devido a essa situação de assimetrias na qual está inserido, necessita de processos que deem estabilidade e promovam uma nova lógica produtiva, criando força social e política para reagir à ordem mundial. A cooperação Sul-Sul desenvolve esses atributos, além de fomentar a diversificação de parceiros comerciais, o que é benéfico para qualquer economia, mas tem uma importância especial na África, em consequência dos laços estreitos que o continente mantém com suas antigas metrópoles e com países Ocidentais responsáveis por um comércio muitas vezes desigual.

²⁴ Além disso, há um viés de cooperação via mercado que busca reduzir tarifas alfandegárias e remover barreiras à atividade econômica entre os Estados da região (VISENTINI, 2010).

Neste sentido, deve-se dar ênfase ao papel da cooperação Sul-Sul como alternativa para o desenvolvimento africano, uma vez que tem o potencial de romper com a lógica desigual das relações Norte-Sul. Essas interações distinguem-se qualitativamente das anteriores em alguns aspectos. Em primeiro lugar, é dada prioridade a vínculos solidários e à transferência de conhecimento, o que pode ser exemplificado pelo padrão de cooperação técnica, valorizando a ideia de empreendimentos coletivos. Além disso, os países não impõem condicionalidades políticas ou econômicas a estas transações, respeitando o princípio da não interferência, o que faz com que as operações sejam mais rápidas e proporcionam um aumento do poder de barganha frente às negociações com os países centrais (ALVES, 2013). Na maior parte das vezes, essa interação ocorre induzida pela demanda, ou seja, não como imposição de um país sobre outro, mas através da busca de oportunidades para as iniciativas privada e pública em países subdesenvolvidos levando em consideração suas necessidades e prioridades, determinadas pelos mesmos.

As origens históricas da cooperação Sul-Sul podem ser traçadas a partir da Conferência de Bandung que ocorreu em abril de 1955 e reuniu Estados asiáticos e africanos. Em um contexto de Guerra Fria, a Conferência marcou a emergência do Terceiro Mundo e o estabelecimento de uma agenda da periferia (PEREIRA; MEDEIROS, 2015). Ainda que o impacto da mesma sobre as políticas das potências tenha sido tênue, houve uma importante tomada de consciência, principalmente sobre a inconformidade com a situação de inferioridade decorrente das relações Norte-Sul. Assim, é possível inferir que Bandung modificou o destino dos povos da região, conformando um novo padrão de política externa²⁵, marcado, portanto, por vínculos Sul-Sul. A Conferência marcou, ainda, a elaboração dos macroprincípios que guiam a multipolaridade atualmente em curso, sendo eles os cinco princípios da coexistência pacífica: a defesa da soberania e da integridade territorial, não-agressão, não ingerência nos assuntos internos, igualdade e benefícios recíprocos e cooperação e coexistência de diferentes regimes sociais e políticos.

O espírito de Bandung teve continuidade com a Conferência de Belgrado (1961), na qual foi formado o Movimento dos Não-Alinhados, marcando a afirmação de caráter mais formal de descontentamento com a dicotomia imposta pela ordem bipolar. Em 1964, também foi criado o

²⁵ Informações retiradas da fala do Dr. José Miguel Martins durante a palestra “A Conferência de Bandung e sua Atualidade: do Anticolonialismo à Cooperação Sul-Sul”, que ocorreu em junho de 2015 na Universidade Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre.

G-77, que junto com o Movimento dos Não-Alinhados, pode ser considerado o pontapé inicial das relações Sul-Sul (PEREIRA; MEDEIROS, 2015). Após as cúpulas de Lusaka e do Cairo, outro marco importante para o movimento foi a Conferência de Argel (1973), em que o tema da dependência econômica se fez presente (MOITA, 1983). Assim, surge o debate mais definitivo sobre as implicações negativas que as relações econômicas Norte-Sul traziam para os países periféricos, acentuando os ímpetus favoráveis ao incremento das interações Sul-Sul. A seguir, outra iniciativa importante, como lembra Alves (2013) foi o:

Plano de Ação de Buenos Aires, advindo da Conferência das Nações Unidas sobre Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, foi adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1978. Esse Plano concorreu efetivamente para o estabelecimento da cooperação técnica horizontal para o desenvolvimento, a qual seria aperfeiçoada nas décadas posteriores. Nesse sentido, designou-se o PNUD como órgão responsável pela coordenação das atividades de Cooperação técnica para o desenvolvimento (p.127).

Essa tendência intensificou-se com o fim da Guerra Fria, quando, como mencionado, o desengajamento das potências deu maior espaço para iniciativas e lideranças locais²⁶. Além disso, a queda relativa do poder norte-americano permitiu a emergência de novos polos com influência mundial, principalmente países semiperiféricos, e muitos destes passaram a ter a cooperação Sul-Sul como um dos princípios norteadores de sua política externa. Neste âmbito, enquadram-se Brasil, Índia e China, que representam uma mudança de paradigma em relação aos laços estabelecidos, antigamente, com as metrópoles e, atualmente, com a grande maioria dos países Ocidentais. Assim,

com o intuito de conceder cooperação técnica, países como Brasil, China e Índia não estabelecem condicionalidades no que concerne aspectos econômicos, ambientais, de governança e de direitos humanos, além de diminuírem os requisitos processuais. Ciosos de sua soberania, em virtude de já haverem sido objeto de ingerências estrangeiras em passado relativamente recente, esses países respeitam o princípio da não interferência nos assuntos internos das demais nações (ALVES, 2013, p.128).

A semiperiferia, então, tem um papel importante neste tipo de cooperação uma vez que é capaz de prover conhecimentos técnicos para os países ainda marginalizados.

²⁶ A partir de então, o engajamento das potências não cessa, mas passa a ter um caráter mais volátil e efêmero (CASTELLANO, 2015).

Hoje, portanto, a cooperação Sul-Sul- tanto periferia-periferia, quanto semiperiferia-periferia- deve ser entendida com uma relação horizontalizada²⁷, ou igualitária, entre os países envolvidos. Destaca-se, no entanto, que não há o imperativo do rompimento de todas as relações Norte-Sul, mas há sim uma complementação e a possibilidade de reformulação das relações assimétricas por meio dos ganhos políticos advindos de uma nova inserção internacional, de uma posição conjunta em órgãos multilaterais por meio da formação de coalizões políticas de geometria variável (ALVES, 2013) e mesmo de uma alternativa, em última instância, a um comércio desigual. Neste sentido, então, a cooperação Sul-Sul mescla iniciativas políticas com a tentativa de configurar uma Nova Ordem Econômica Internacional.

2.2.2.1 O Brasil e a Cooperação Sul- Sul

Por fim, deve-se falar brevemente de como o Brasil se insere no âmbito da cooperação Sul-Sul. Como mencionado, este trabalho tem o objetivo de analisar os impactos da Cooperação Sul-Sul nos países periféricos, usando como estudo de caso a relação de dois países da África Austral com o Brasil, não estando, portanto, em seu escopo listar as iniciativas de Cooperação Sul-Sul na política externa brasileira ou mesmo mostrar como o Brasil percebe e se beneficia destas interações. Não obstante, é válido mencionar que “para o Brasil, a lógica da cooperação Sul-Sul está presente em dois sentidos principais: 1) do fortalecimento do poder de barganha e da projeção internacional do país, 2) da reafirmação da sua identidade e da identidade coletiva do Sul”, surgindo inicialmente de maneira mais evidente no período da Política Externa Independente²⁸ (RAMANZINI JÚNIOR; MARIANO; ALMEIDA, 2015, p.23). No período dos governos militares, houve uma aproximação a partir do governo Médici, tendo continuidade com os governos Geisel²⁹ e Figueiredo. Neste período, houve a abertura de embaixadas e o incremento das relações comerciais e técnicas (VISENTINI, 2013).

²⁷ Alves (2013) lembra que “a lógica da cooperação técnica horizontal igualmente pode ser relativizada, porquanto, mesmo que a parceria ocorra entre Estados do Sul, haverá uma clara assimetria entre o país ofertante e a nação receptora. Assim, observa-se, ainda, uma hierarquia de poder que matiza a ideia de horizontalidade. Nada obstante, é inegável que a cooperação Sul-Sul aproxima-se mais do ideal de igualdade entre os dois polos da equação do que a cooperação Norte-Sul”.

²⁸ Política iniciada nos anos 1960 com os governos de Jânio Quadros e de João Goulart.

²⁹ A diplomacia do *Pragmatismo Responsável* do governo Geisel foi marcada por um forte discurso terceiro-mundista (VISENTINI, 2013).

O primeiro governo pós-militar, de José Sarney, manteve um alto perfil nas relações Brasil-África. O principal órgão de promoção de políticas de cooperação brasileira era, e segue sendo, a Agência Brasileira de Cooperação, que foi fundada em 1987, mas reformulada em 1996, quando se tornou agência integrada diretamente à Secretaria-Geral do MRE (SILVA; MARTINS, 2014, p.156). A ascensão de Fernando Collor à presidência significou uma retração das relações com a África, quando houve a ênfase nas relações Norte-Sul (VISENTINI, 2013). No governo de Fernando Henrique Cardoso o perfil dessas relações seguiu modesto, ainda que em seu segundo mandato algumas iniciativas de relevo tenham ocorrido. A entrada dos anos 2000 e a falência dos projetos neoliberais na América Latina fez essa agenda ampliar-se, ganhando fôlego definitivo no governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Desde então, consolidou-se a cooperação técnica internacional como o instrumento de cooperação Sul-Sul mais utilizado pelo Brasil (SILVA; MARTINS, 2014). Neste contexto:

o continente africano assumiu centralidade na política externa brasileira. Embora haja diferenças importantes em relação a países específicos do continente, de modo geral, é possível considerar que a política externa brasileira para a África se estrutura em torno de quatro objetivos: apoio para suas iniciativas de política externa, internacionalização das empresas nacionais, mercados para a exportação e cooperação técnica (RAMANZINI JÚNIOR; MARIANO; ALMEIDA, 2015, p.41).

Tal predisposição pode ser notada em iniciativas bilaterais, as quais serão o alvo de estudo deste trabalho, mas também na aproximação em fóruns multilaterais, a exemplo da criação da Cúpula América do Sul-África (ASA). Outras agências brasileiras importantes de incentivo à cooperação são Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (SILVA; MARTINS, 2014).

No governo de Dilma Rousseff, por sua vez, nota-se diminuição relativa das relações com o continente, ainda que estas também possam ser atribuídas a um contexto internacional diverso, com a incidência da Primavera Árabe e a invasão da Líbia³⁰ (BULHÕES, 2015). Ainda assim, não se pode falar de uma retração completa, uma vez que o continente africano segue fazendo parte da agenda estratégica brasileira. Destacam-se algumas iniciativas neste sentido, as quais serão tratadas nos capítulos subsequentes. Por fim, é importante ressaltar que a visão de uma

³⁰ A Líbia era um dos principais parceiros do Brasil durante o governo Lula.

maior inserção externa do Brasil por meio da cooperação Sul-Sul e sua aproximação com o continente africano ainda não são consolidadas no país. Ainda que a partir do governo Lula tenha se visto um incremento desta agenda, ela ainda está sujeita a retrações de governos subsequentes, estando inserida em um debate sobre a concepção de ‘Brasil’ defendida por diferentes grupos políticos.

3 AS RELAÇÕES BRASIL-ANGOLA

O padrão contemporâneo de relação Brasil- Angola teve início em 1975³¹, quando o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência da República de Angola e o governo do MPLA, ainda que os dois países apresentem uma ligação mais longínqua baseada em sua história colonial, tendo ambos tido como metrópole Portugal, o que suscitou raízes culturais e uma língua comum³². Após a proclamação da independência, no entanto, Angola encontrou-se inserida em uma guerra civil centrada na disputa entre a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) pelo poder, o que fez com que sua política externa fosse direcionada principalmente a angariar apoio para as partes do conflito, em um momento em que a realidade internacional era permeada pela disputa EUA- URSS da Guerra Fria (CASTELLANO, 2015).

Ainda assim, vale destacar que “a elite dirigente angolana (MPLA) teve no Brasil um apoio vital para sua sobrevivência e consolidação. Mesmo durante os piores anos da Guerra Civil, houve fortes vínculos comerciais, de investimentos, de serviços, cooperação política, cultural e técnica entre ambos os países” (VISENTINI, 2015, p.1). Dessa forma, em 1980, foi feita a assinatura do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre Brasil e Angola. No âmbito desse acordo, os dois países “desenvolveram cooperação nas áreas de saúde, cultura, administração pública, formação profissional, educação, meio ambiente, esportes, estatística e agricultura” (BRASIL, 2015a, não paginado). Tal acordo firmou a Comissão Mista de Cooperação Bilateral Brasil-Angola³³. Nos anos 1980 também houve uma aproximação bilateral representada pela visita presidencial de José Sarney a Angola. Tal iniciativa foi seguida pelos presidentes Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso.

Na década de 1990, outrossim, dando continuidade à relação com Angola, “o Brasil não apenas atuou junto ao CSONU em questões relacionadas à guerra civil angolana (1976-1991) e em apoio à legitimidade das eleições de 1992 no país, como também participou ativamente nas

³¹ Este seria o primeiro impulso de aproximação Brasil-Angola segundo Visentini (2015).

³² Havia, na época, também uma forte interação econômica entre os países. A dependência chegou a ser tão grande, em especial devido ao tráfico de escravos entre Angola-Brasil, que no século XIX se chegou a cogitar unir os dois países.

³³ Tal comissão se reuniu nos anos de 1982, 1983, 1984, 1992 e 2005.

missões de paz³⁴ da ONU em Angola a partir de 1995” (ABDENUR; RAMPINI, 2015, p.98). Quando o conflito armado teve fim, em 2002, foi possível uma relação mais densa com o Brasil. Neste mesmo ano, iniciou-se a concessão de vagas em Universidades brasileiras para angolanos em cursos de graduação (PEC-G) e pós-graduação (PEC-PG) (BRASIL, 2015j). A partir de então houve uma aproximação ainda maior entre os dois governos devido à convergência derivada da simultaneidade do fim da guerra civil em Angola e à vigência de um governo mais progressista em relação à política africana no Brasil, com a chegada de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência, em 2003. Para Visentini (2015), esse período representou o impulso mais intenso de aproximação entre Brasil e Angola. A partir de então, como já mencionado, houve maior ênfase na política de cooperação Sul-Sul por parte do governo brasileiro.

Seguindo a tendência mais ativa de atuação nas relações internacionais, em especial priorizando as relações com os países africanos, o presidente Lula visitou duas vezes Angola, em 2003 e em 2007. Ainda em seu governo, o presidente angolano José Eduardo dos Santos visitou o Brasil em 2010, ocasião na qual foi firmada a Parceria Estratégica Brasil-Angola (BRASIL, 2015j). Dessas interações podemos derivar que a política externa brasileira para Angola é capaz de articular os interesses nacionais do país às prioridades estratégicas do Estado angolano.

3.1 Cooperação Técnica e em Defesa

A cooperação técnica entre os dois países ocorre há algumas décadas, ganhando maior fôlego, como mencionado, com o Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica em 1980. Ainda assim, a partir da década de 2000 este tipo de cooperação, que tem como preceito práticas horizontalizadas, aumentou quantitativamente e expandiu seu escopo. Neste aspecto, destaca-se primeiramente o papel da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) “que integra o MRE e tem como atribuição negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica” (BRASIL, 2015c, não paginado).

Sob a égide da ABC, então, o Brasil tem em execução atualmente quatro projetos em território angolano. O primeiro deles é o Projeto Piloto em Doença Falciforme, cujo objetivo é “apoiar a redução da taxa de morbimortalidade por doença falciforme em Angola, por meio do apoio à consolidação das políticas públicas para a enfermidade no país, implantação de triagem

³⁴ Brasil participou da UNAVEM-III durante o governo Fernando Henrique Cardoso (VISENTINI, 2015).

neonatal e diagnóstico laboratorial e por imagem e fortalecimento das capacidades técnicas [...]” (BRASIL, 2015d, não paginado). Destaca-se, também, o Projeto Escola para Todos que realiza, por meio do Ministério da Educação, o apoio à escolarização, em particular para alunos com necessidades especiais, que também se encontra em sua segunda fase. Está em vigor, outrossim, o Projeto de Capacitação de Militares de Angola, junto ao Ministério da Defesa. Há, ainda, a Capacitação do Sistema de Saúde Pública, que se encontra em sua segunda fase, sendo um projeto conjunto do Ministério da Saúde angolano e da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), e que tem como objetivo fortalecer a formação em saúde pública em Angola³⁵.

Deve-se frisar, também, o quesito saúde pública, em que Brasil coopera no fortalecimento de formação qualificada na área em Angola, “por exemplo, por meio de um projeto para a realização de um curso de mestrado em saúde pública. Em 2014 foi assinado também um acordo para novo projeto, um programa de prevenção e controle de malária com forte componente de capacitação técnica” (ABDENUR; RAMPINI, 2015, p.101). Neste aspecto, destaca-se o papel da FIOCRUZ, instituição que tem como objetivo “promover a saúde e o desenvolvimento social e gerar e difundir conhecimento científico e tecnológico” (FIOCRUZ, 2015, não paginado). Essa fundação realiza diversos projetos em parceria com a ABC, como a implantação do Banco de Leite Humano em Angola, dentre outros citados.

Dos projetos já concluídos sob o comando da ABC em Angola, destaca-se a importância dos programas para a implementação de proteção social, com o objetivo de criar condições para a geração de um crescimento mais inclusivo (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011). Uma das iniciativas neste quesito é a implementação do projeto Fome Zero. Assim, “em Angola, em 2009, o governo passou a se concentrar na promoção e proteção dos direitos das pessoas vulneráveis, combate à pobreza e redução das assimetrias regionais” (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011, p.79).

A cooperação técnica também ocorre sob o comando de outras instituições, em especial ministérios. Exemplo disto é o acordo que prevê que o Brasil irá auxiliar Angola com o levantamento de sua plataforma continental e na demarcação de sua costa submarina, realizado junto ao Ministério da Defesa (BRASIL, 2011). Tal acordo, assim como o Projeto de Capacitação

³⁵ Foram citados aqui os projetos em execução sob o âmbito da ABC. Ainda assim, vale destacar que muitos projetos já foram concluídos, a exemplo da Missão de Apoio a Pequenas e Médias Empresas em Luanda, do Apoio à instalação do Telecentro em Angola, do Fortalecimento da Gestão do Patrimônio Cultural de Angola, do Apoio à Formação Profissional Rural e Promoção Social em Angola e do Projeto Piloto do Programa de Combate à Anemia, dentre outros (BRASIL, 2015d).

de Militares mencionado acima, tem grande importância no âmbito da defesa conjunta do Atlântico Sul, em especial para a consolidação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), que será abordada com mais profundidade na seção 3.3 deste capítulo. Nesta área destaca-se, também, a compra de super tucanos brasileiros pela Força Aérea de Angola, assim:

Angola vem tornando-se importante parceira em assuntos militares; a parceria estratégica em defesa prevê não apenas o aumento das exportações de materiais de defesa do Brasil para Angola, mas também o Programa de Desenvolvimento do Poder Naval de Angola (Pronaval), no que a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron), da Marinha brasileira, irá cooperar com o governo angolano na construção de estaleiros, capacitação de recursos humanos, e manutenção e operação de seis navios-patrolha adquiridos também por meio do Pronaval. Outros aspectos da cooperação bilateral em defesa abrangem o ensino e treinamento de oficiais e suboficiais, saúde militar, operações especiais, missões de paz e sistemas de vigilância marítima (ABDENUR; RAMPINI, 2015, p.103).

Outra instituição digna de destaque é o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) que teve papel preponderante na construção do centro de estudo profissionalizante em Angola, em conjunto com a ABC, denominado Centro de Formação Profissional Brasil-Angola, cujos trabalhos tiveram início em 1997. Neste período, quando ainda vigorava a guerra civil no país, o centro teve papel essencial em “contribuir para a reinserção social e a reconstrução nacional de Angola por meio da formação e reciclagem de mão-de-obra desmobilizada” (BRASIL, 2015b, não paginado). O SENAI tem sido um dos principais parceiros brasileiros na implementação de projetos de cooperação Sul-Sul, tendo papel importante na execução das ações em campo, realizando iniciativas semelhantes em outros países africanos além de Angola. É importante ressaltar que o controle do Centro de Formação foi transferido para o governo angolano em 2005. “Outra linha de trabalho do SENAI na África envolve a prestação de serviços educacionais e técnicos às empresas brasileiras, que teve início em 2007 com o apoio do SENAI à Odebrecht no lançamento do Centro Integrado de Formação Tecnológica (CINFOTEC) em Luanda” (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011, p.68). Dentre as iniciativas recém lançadas pelo SENAI, também se encontra a criação do Centro de Formação Profissional Brasil-Angola-Japão (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011).

Outra ação de cooperação trilateral entre Brasil-Angola-Japão é o PROFORSA, projeto que busca o fortalecimento do sistema de saúde de Angola por meio do desenvolvimento de recursos humanos no hospital Josina Machel e serviços de saúde e revitalização da atenção

primária (BRASIL, 2015e). Ademais, Brasil e Angola também assinaram em 2014 um acordo de cooperação Sul-Sul junto à Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), que visa fortalecer a segurança alimentar do país africano, tendo como áreas principais a pesquisa na agricultura e na veterinária. O treinamento de profissionais angolanos fica a cargo da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) (FAO, 2014)³⁶.

A EMBRAPA é outra instituição importante no que tange a cooperação Sul-Sul promovida pelo Brasil, estando envolvida em diversos projetos com tal teor. A presença da Caixa Econômica Federal também deve ser destacada nestas iniciativas, uma vez que oferece cooperação técnica em Angola para o desenvolvimento de projetos de habitação (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011). Por fim, aponta-se o papel da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX), que realiza eventos para a promoção comercial, a exemplo de feiras e que, em 2011,

assinou um acordo de cooperação com a Central de Compras do Estado (CENCO) de Angola, responsável pelo Programa de Reestruturação do Sistema de Logística e de Distribuição de Produtos Essenciais à População (PRESILD). Essa iniciativa pública do governo angolano proporciona o acesso a bens básicos de consumo pela população, estabilizando a cadeia de suprimentos (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011, p.92).

3.2 Cooperação Infraestrutural e Energética

A guerra civil foi devastadora para Angola, deixando o país carente de muitos recursos básicos, em especial com a infraestrutura muito comprometida. Essa situação fez com que houvesse grandes possibilidades de investimento no país devido à implementação de um programa de reconstrução nacional, o que suscitou a entrada de algumas construtoras brasileiras. Vale ressaltar, então, que o

setor de infraestrutura é, ainda, considerado chave para o desenvolvimento africano, uma vez que permite a reconstrução das cadeias produtivas nacionais. Assim, ao passo que governos africanos visam à possibilidade de reconstruir suas cadeias produtivas, o Brasil busca uma maior internacionalização econômica e expansão comercial (GAIO, 2012, p.18).

³⁶ Neste programa, Angola cobre a maioria dos custos (US\$ 2,2 milhões) e o Brasil fica encarregado do resto (US\$ 875 mil) (FAO, 2014).

Destaca-se que a construção de nova infraestrutura é essencial para o desenvolvimento de Angola em todos os sentidos, sendo ele econômico, social ou político. Não obstante, Angola não possuía empresas de porte suficientemente grande para tal empreendimento a nível nacional e, assim, a entrada de empresas brasileiras no mercado angolano foi primordial para tal. A cooperação no setor de energia também se enquadra nesta perspectiva de desenvolvimento holístico, uma vez que é essencial para a melhoria da qualidade de vida da população.

Mapa 1 - Projetos Brasileiros de Infraestrutura em Angola



Fonte: Fonseca, Esteves e Gomes (2015).

Nesta subseção, então, serão abordados alguns pontos sobre a cooperação infraestrutural e energética entre Brasil e Angola. A junção destes dois temas se justifica por se intercalarem e por, na maioria das vezes, utilizaram-se de uma tríade de cooperação comum, sendo ela composta

pelo setor público brasileiro, setor privado brasileiro e setor público angolano. Segundo Gaio (2012), o Estado (brasileiro e angolano) seria responsável pela estrutura creditícia e o setor privado pela estrutura produtiva. “Esses três polos são penetráveis entre si, caracterizando não só uma simbiose entre público e privado, mas também a integração entre dois sistemas nacionais de economia política: o brasileiro e o angolano” (GAIO, 2012, p.41).

Com objetivo de fazer tal “triáde” funcionar, grande parte das linhas de crédito Brasil-Angola são voltadas para o setor de infraestrutura, disponibilizados principalmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Tais linhas tiveram início já nos anos 1980, quando houve entrada de algumas empresas brasileiras no mercado angolano. É importante destacar que o governo angolano, ainda que seja responsável pela dívida, tem a liberdade para escolher quais empresas brasileiras serão beneficiárias do financiamento, mantendo autoridade política sobre a atuação das empresas em solo angolano (GAIO, 2012). Destaque-se, assim, o papel de articulador do Estado angolano, essencial para a atração de investimentos estrangeiros e para a coordenação dos setores público e privado tendo em vista o direcionamento dos recursos para fins do desenvolvimento nacional, ou seja, direcionando-os para os setores estratégicos sob a ótica estatal. Dessa forma, tal setor tem sido essencial para a aproximação econômica e política entre os dois países. Além disso, as empresas brasileiras atuantes em solo angolano seguem o princípio de contratação majoritária de mão-de-obra local, tornando-se, também, uma importante fonte de geração de emprego, além de realizarem programas de desenvolvimento de capacidades locais.

Deve-se sublinhar a atuação de algumas empresas brasileiras na construção de infraestrutura em Angola. A primeira delas, a Odebrecht, atua no país desde 1984, quando iniciou a construção da Hidrelétrica de Capanga. Hoje, a empresa tem dezenas de projetos em andamento no país, sendo sua maioria grandes projetos de obras públicas, incluindo a “construção da Hidrelétrica de Laúca³⁷, trabalhos civis e eletromecânicos na Hidrelétrica de Cambambe, terraplanagem da Refinaria de Lobito, obras do Aeroporto de Namibe e a Rodovia de Benguela-Baía” (ODEBRECHT, 2015e, não paginado). Além disso, a Odebrecht é a segunda maior geradora de empregos em Angola³⁸, coordena um programa de Alfabetização para Adultos em

³⁷ Com 2.057 MW de potência, essa hidrelétrica, que tem cerca de 30% de sua construção pronta, levará iluminação para milhões de angolanos, e é o maior projeto da empresa já realizado no país (ODEBRECHT, 2015e).

³⁸ A empresa conta com 16 mil funcionários, dos quais 90% são angolanos (GAIO, 2012, p.37).

parceria com a Repartição Educação Municipal de Cacuso e apoia a formação de jovens empreendedores rurais, dentre outras iniciativas. Destaca-se, novamente, que o financiamento destes projetos é feito pelo governo brasileiro, via BNDES. A atuação desta empresa também é importante na área energética, onde atua em uma *joint venture* denominada BIOCOM (Companhia de Bioenergia de Angola), junto à empresa estatal angolana, Sonangol, e a firma Demer de Angola,

com investimento de US\$ 400 milhões voltados para a utilização de cana para a produção de açúcar, etanol e energia elétrica. O projeto deverá ter um grande impacto sobre a economia angolana, primeiro porque o país importa 80 milhões de toneladas por ano de açúcar e, segundo, porque o projeto já está produzindo 565 megawatts (MW) de energia (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011, p.76).

Dentre o setor público brasileiro com atuação em Angola deve-se citar também a empresa Andrade Gutierrez, que atua no setor de construção civil, construção de estradas e rodovias e planejamento urbano, dentre outros, e, hoje, possui 16 projetos concluídos em Angola e outros sete em andamento (ANDRADE GUITERREZ, 2015). A empresa Camargo Correa também atua no país nos setores de cimento (com uma fábrica em Benguela), engenharia e construção e possui escritório desde 2006. Outras empresas relevantes no mercado angolano são Queiroz Galvão, Engevix, Fidens, Asperbras, Stefanini e Embraer.

A presença da empresa brasileira Vale também é notória em Angola, onde possui um escritório e realiza atividades vinculadas à mineração, principalmente na identificação de áreas para extração de cobre e níquel. “Por intermédio da empresa GeVale Indústria Mineira Ltda. e de um consórcio com o grupo angolano Genius, a Vale atua na Província de Moxico [...] onde realiza atividades de garimpo em um dos maiores veios de cobre do mundo” (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011, p.90). No setor de prospecção também atua a Petrobrás, que tem vários empreendimentos no país em parceria com a estatal angolana Sonangol. A Petrobrás realiza projetos de cooperação em biocombustíveis, além da busca de petróleo em águas profundas e ultraprofundas, operando em quatro plataformas de petróleo e sendo parceira em outras seis (FONSECA; ESTEVES; GOMES, 2015). Vale ressaltar, outrossim, que a internacionalização das empresas petrolíferas brasileiras em Angola tem contrapartida no Brasil com a Somoil, que explora petróleo no Recôncavo Baiano, e com a própria Sonangol, que comprou 100% das ações

da brasileira Starfish em 2010 (FUNAG, 2015). Isso pode indiciar que o Brasil também seria um mercado interessante para a internacionalização das empresas angolanas.

3.3 Cooperação Política, Cultural, Multilateral e Econômica

A cooperação política tem um papel central nas relações Brasil-Angola. Sob este prisma, Angola assume a importante função de interlocutor do Brasil junto aos países africanos. Ademais, a aproximação com a África vincula-se às raízes comuns, em especial devido à grande população de descendentes africanos no Brasil. Além disso, existem cerca de 30 mil brasileiros residindo em Angola (VISENTINI, 2015). Ambos os países também mostram um posicionamento político comum na luta contra a exclusão social. Tendo em vista a ampliação desse padrão de relacionamento, destacam-se as visitas de alto nível entre os governantes de ambos os países. Em 2011, a presidenta Dilma Rousseff visitou Angola, mostrando a intenção de manter a parceria preferencial e o maior estreitamento buscado pelo governo de seu sucessor. Em 2012, foi realizada a Primeira Reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível e, dois anos depois, o presidente angolano veio ao Brasil. Além disso, destacam-se também as visitas a nível ministerial. Uma das visitas dos ministros brasileiros Mauro Vieira (MRE) e Armando Monteiro (MDIC) a Angola possibilitou a assinatura do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, junto ao qual se criou um grupo de trabalho bilateral, com objetivo de diversificar a presença empresarial brasileira em Angola, estimular exportações e promover a integração produtiva entre os dois países (BRASIL, 2015h).

No que diz respeito à cooperação cultural, podemos citar a doação de 1.419 livros brasileiros para bibliotecas angolanas e a inauguração da Casa de Cultura Brasil-Angola em 2003, que também abriga o Centro de Estudos Brasileiros Embaixador Ovídio de Andrade e Melo. A Casa de Cultura oferece aulas de português, além de outras atividades vinculadas à promoção da cultura brasileira (BRASIL, 2015m). “Na área de gestão da Cultura, o Ministério da Cultura e a Universidade Federal da Bahia cooperam com o Ministério da Cultura angolano na capacitação de técnicos, na recuperação do acervo audiovisual angolano e na área de arquivo histórico” (ABDENUR; RAMPINI, 2015, p.101).

Angola e o Brasil também têm proximidade política em organismos multilaterais, a exemplo da ONU. “Em 2011, o presidente Santos expressou seu apoio à candidatura brasileira a

um assento permanente no CSONU. Em 2014, o Brasil retribuiu o gesto apoiando a candidatura de Angola ao cargo de membro não permanente no mesmo Conselho” (ABDENUR; RAMPINI, 2015, p.102). A posição conjunta dos dois reforça a ideia de multilateralismo no Sistema Internacional, pautando a afirmação dos interesses dos países em desenvolvimento.

As relações Brasil- Angola assumem um papel essencial por compartilharem seu entorno estratégico, notadamente o Atlântico Sul, na qual outro mecanismo multilateral foi firmado: a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), que data de 1986. O seu estabelecimento, segundo Visentini (2015), constituiu o segundo impulso de aproximação entre Brasil e Angola. Os dois países tiveram importante papel na revitalização do bloco em 2007, partindo de Angola a iniciativa para a mesma. A zona de cooperação é de grande relevância, uma vez que representa uma tentativa de defesa estratégica principalmente contra a ingerência de potências externas no Atlântico Sul, em um cenário de crescente militarização, em uma área em que se situam grande parte dos recursos energéticos desses países³⁹. Deste foro também participam Argentina e Uruguai, além de outros 20 países africanos⁴⁰. A ZOPACAS representa, portanto, uma possibilidade de estreitamento ainda maior entre Luanda e Brasília, além de ser um instrumento para atingir a estabilidade de suas áreas lindeiras.

Outra iniciativa importante é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), que é um foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação (CPLP, 2015) formada por países lusófonos (Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, Angola, Brasil, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Timor Leste)⁴¹. Sob sua égide ocorrem diversas interações entre Brasil e Angola, sendo este o terceiro impulso de aproximação para Visentini, podendo ser destacados o Programa de Formação Técnica em Informação em Saúde para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa e Plano Estratégico para o Setor de Saúde

³⁹ Tal mecanismo ganhou importância especial para o Brasil após a descoberta do Pré-Sal e para Angola com a intensificação da exploração de petróleo *offshore*.

⁴⁰ África do Sul, Benin, Cabo Verde, Camarões, Congo, Côte d’Ivoire, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Libéria, Namíbia, Nigéria, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa e Togo.

⁴¹ A organização parte dos seguintes princípios “A concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; A materialização de projectos de promoção e difusão da língua portuguesa.” (CPLP, 2015, não paginado).

(2009-2012) (FONSECA; ESTEVES; GOMES, 2015)⁴². No que tange a comunidade lusófona também se destaca o acrônimo PALOPs (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), expressão muito utilizada para se referir à linha diplomática preferencial do Brasil no continente.

Na esfera econômica, um dos aspectos mais relevantes das relações Brasil-Angola é o estabelecimento de um posicionamento comum contra as distorções do comércio de produtos agrícolas promovidas pelos países desenvolvidos por meio de medidas protecionistas. Esta é uma das pautas que o Brasil defende no G-20 e que se aproxima muito da agenda africana para o Sistema Internacional. Outro aspecto de grande relevância é a linha de crédito que o Brasil concede ao país africano, via BNDES. Vale acentuar que o pagamento da dívida que Angola acaba por contrair frente ao governo brasileiro é feito por meio de uma “conta-petróleo”, ou seja, mediante a exportação de petróleo angolano para o Brasil (MONTEIRO, 2007⁴³ apud GAIO, 2012). O governo angolano, ainda que seja responsável pela dívida, tem a liberdade para escolher quais empresas brasileiras serão beneficiárias do financiamento. Além disso, os empréstimos brasileiros são esvaziados de condicionalidades, o que permite o estabelecimento de um padrão de relacionamento diferenciado.

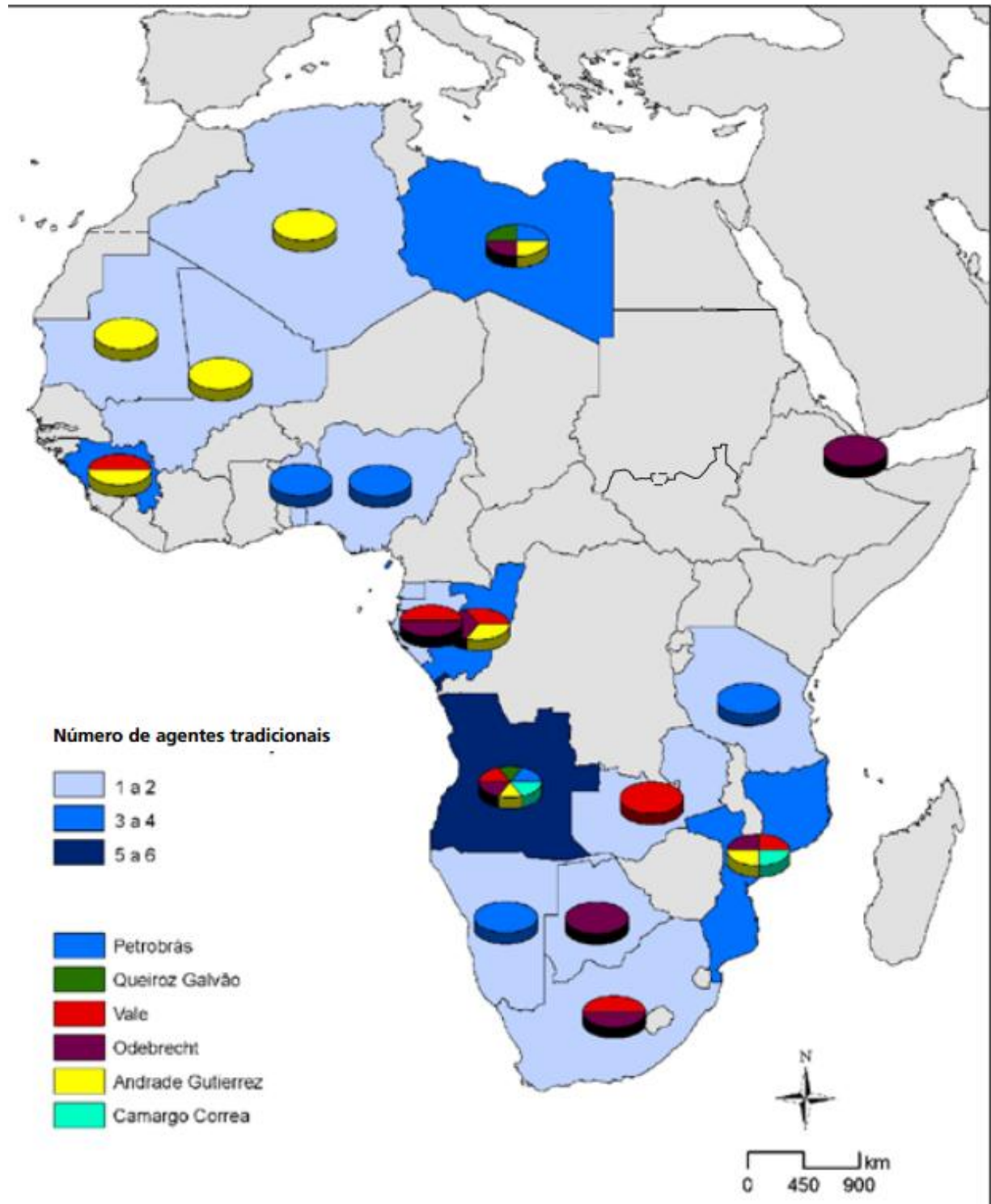
Vale ressaltar que Angola é o principal destino de Investimento Externo Direto (IED) brasileiro na África (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011), correspondendo ao volume de US\$ 918 milhões em 2012 (FUNAG, 2015), e é o país africano que abriga o maior número de empresas brasileiras (GAIO, 2012) (ver mapa 2), incluindo as grandes, pequenas e médias. Para incentivar ainda mais tais relações, a Câmara de Comércio Brasil-Angola realiza consultorias e atua como facilitadora na viabilização de projetos com teor econômico, visando à aproximação de empresas de ambos os países (CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-ANGOLA, 2015). Além disso, Angola é um dos países apontados no Plano Nacional de Exportação (PNE) lançado em junho de 2015 como um mercado prioritário, conformando-se a expectativa de aumento das exportações brasileiras para o país no próximo período (PEDUZZI, 2015). Quanto ao comércio bilateral, o Brasil exportou principalmente em 2015 para Angola *Animais Vivos e Produtos do Reino Animal e Produtos das Indústrias Alimentares, Bebidas, etc.* Angola, por sua vez, exporta para o Brasil principalmente *Produtos Minerais* (BRASIL, 2015). O comércio bilateral teve grande impulso

⁴² 38% da cooperação técnica entre Brasil e Angola dá-se no âmbito da CPLP (VISENTINI, 2015).

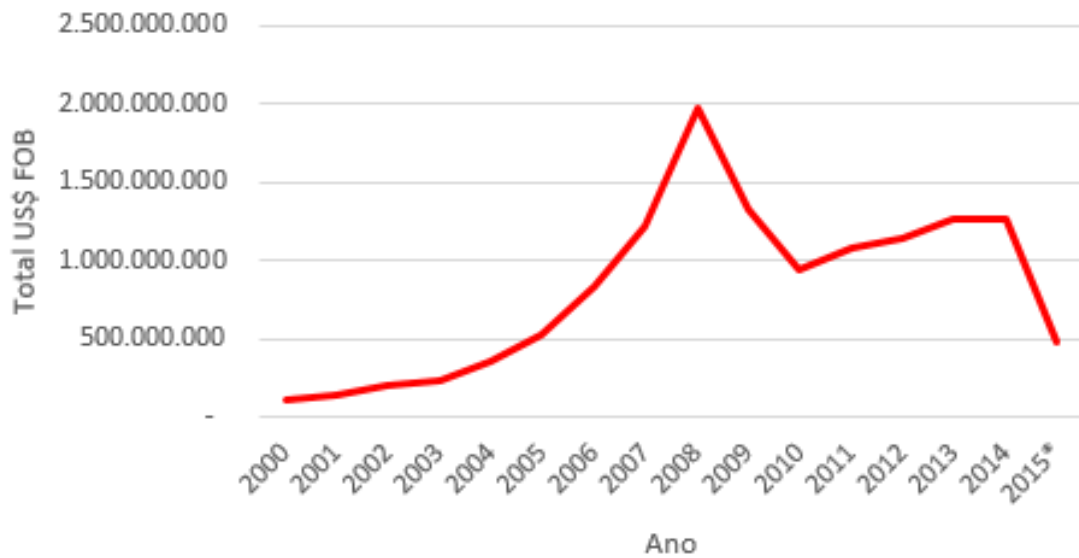
⁴³ MONTEIRO, Lúcia. **Memorando de entendimentos Brasil-Angola**. Federação das Câmaras de Comércio Exterior: Seminário bilateral de comércio exterior e investimentos Brasil-Angola. Rio de Janeiro, abr. 2007.

principalmente a partir do governo Lula, sendo que “na última década, as exportações [brasileiras] cresceram cerca de 1.000% até o período pré-crise, no ano de 2008, mas ainda mantendo fluxos cerca de 5 vezes maiores que os percebidos no começo da década” (VISENTINI,2015, p.8). Destaca-se, no entanto, que o saldo comercial tende a ser favorável ao Brasil (Ver gráficos 1 e 2).

Mapa 2- Empresas Brasileiras na
África

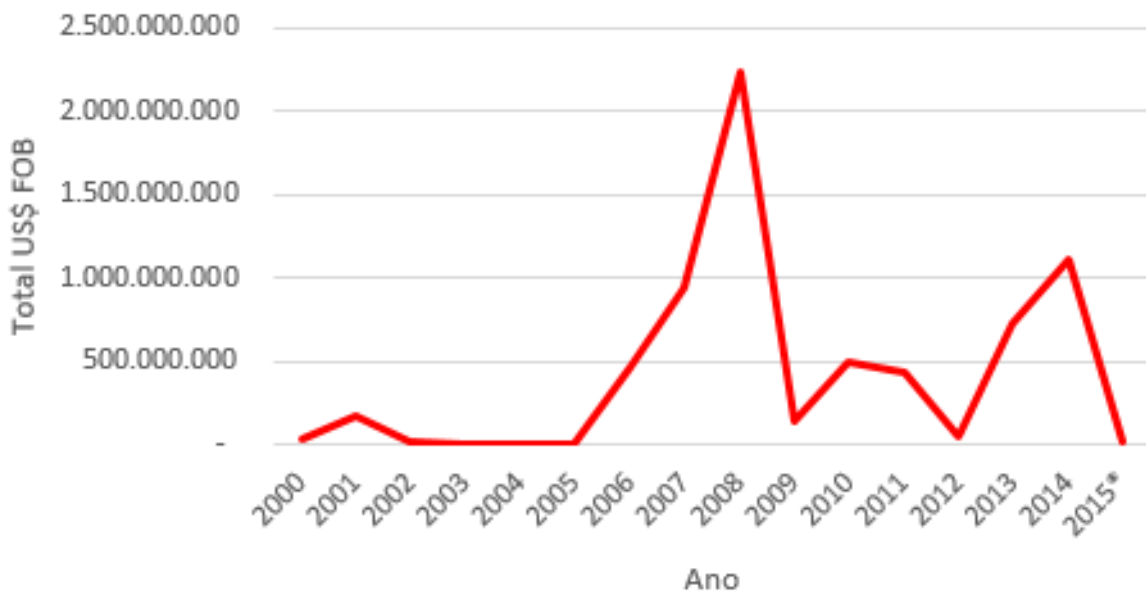


Fonte: IPEA e Banco Mundial (2011).

Gráfico 1⁴⁴- Exportações Brasil-Angola

Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados do MDIC (BRASIL, 2015).

Gráfico 2- Exportações Angola-Brasil



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados do MDIC (BRASIL, 2015).

⁴⁴ Os dados referentes ao ano de 2015 compreendem o período somente até o mês de setembro. Assim, a queda verificada provavelmente não será tão acentuada.

3.4 Conclusão Preliminar: O Padrão de Cooperação Brasil-Angola

Pode-se concluir, portanto, que Angola e Brasil têm, principalmente desde 2003, consolidando suas relações. No que tange a cooperação técnica, pode-se notar a diversidade de projetos no qual o Brasil está inserido em Angola, incluindo áreas como saúde pública, educação e capacitação profissional. Tal interação permite o aperfeiçoamento técnico do sistema angolano em diversos domínios, contribuindo para o desenvolvimento do país por meio da transferência de *know-how*.

A cooperação infraestrutural e energética, por sua vez, teve um papel muito importante na reconstrução nacional angolana após a guerra civil. Ademais, é substancial para a melhora na qualidade de vida da maioria da população, na medida em que alguns serviços básicos se tornam mais acessíveis, como luz elétrica. As empresas brasileiras atuantes no país estabelecem um padrão de relação diferenciado ao de muitas das grandes empresas instaladas em países africanos, normalmente com matriz em países europeus ou nos EUA, uma vez que tem a preocupação com o emprego de mão-de-obra local, além da sua atuação ser induzida pela demanda, tendo o Estado angolano papel central na decisão de quais empresas atuam no país.

As vias de cooperação política e cultural são as mais estáveis entre os dois países desde a independência de Angola, sendo Angola um país priorizado como um dos principais eixos da diplomacia brasileira para África. Isto é demonstrado pelas visitas oficiais entre os dois países e pelo estabelecimento de projetos de viés cultural de ambos os lados. As relações multilaterais, por sua vez, possuem três eixos distintos. Primeiramente, o posicionamento comum em órgãos internacionais, a exemplo da ONU, norteados pela defesa comum de maior espaço de poder e influência para os países do Sul. Em segundo lugar, existe o eixo de interação pautado pela lusofonia, no qual se destaca a CPLP. E, por fim, devem-se frisar os acordos que partem do entendimento de que os dois países compartilham o mesmo entorno estratégico, o Atlântico Sul, e a decorrente necessidade de inserção soberana no mesmo, como é o caso da ZOPACAS.

Na área econômica destacam-se a relevância da linha de crédito Brasil-Angola e o posicionamento comum em assuntos referentes ao comércio internacional. Apesar disso, as relações de comércio bilateral ainda enfrentam alguns entraves, em especial na necessidade de diminuir a discrepância do saldo comercial entre as duas partes. Deve-se considerar, também, que com a baixa do preço das *commodities* e dos produtos agrícolas a nível mundial verificada no

último período, Angola, que tem sua base produtiva ainda pouco diversificada, pode ter impactos profundos em sua economia, principalmente no que tange o desenvolvimento econômico. Assim, parcerias como as estabelecidas com o Brasil mostram-se essenciais, em especial pelo estabelecimento de uma horizontalidade nas relações comerciais e políticas que permite que, mesmo em período de baixa cíclica, se possa realizar trocas sem grandes disparidades. Ademais, a estabilidade da parceria entre os dois permite que não haja um desinvestimento brutal das empresas brasileiras no país em períodos recessivos.

Assim, na última década, Brasil e Angola estruturaram suas relações, estabelecendo um padrão de interação que se caracteriza como cooperação Sul-Sul. Os diversos exemplos acima elencados permitem vislumbrar os traços horizontalizados de tal relação. Durante este período estabeleceu-se entre os dois países uma parceria para o desenvolvimento, além de ter sido firmado o acordo de parceria estratégica. As relações Brasil-Angola encontram-se hoje em um estágio avançado de institucionalização, em especial quando comparado com outros países africanos. Ainda assim, há espaço para o adensamento dos fluxos entre os dois países em todas as esferas supracitadas e nota-se, ainda, certa dependência do ímpeto político dos governos no poder dos dois países para a estabilidade das relações.

4 AS RELAÇÕES BRASIL-MOÇAMBIQUE

Assim como com Angola, o padrão de relação contemporâneo entre Brasil e Moçambique teve início com o reconhecimento da independência moçambicana por Brasília no mesmo dia em que foi proclamada em 1975. Logo da proclamação, no entanto, havia certo estremecimento entre os dois países devido ao entendimento por parte da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) de que houve omissão das autoridades brasileiras durante sua luta pela independência (VISENTINI, 2015, p.6). O reconhecimento do governo do MPLA por parte do Brasil ajudou a atenuar tais questões, o que suscitou em 1976 a abertura da embaixada do Brasil em Moçambique. Vale ressaltar que os dois países possuem raízes comuns mais profundas, datando da época do Império português, apresentando também uma língua comum.

Nos anos que se seguiram da independência moçambicana não houve relações muito estreitas com o Brasil. Em primeiro lugar, isso se deveu à guerra civil estabelecida no país, que fez com que as principais relações externas se estabelecessem em função do apoio às partes do conflito⁴⁵. Além disso, no contexto da Guerra Fria, a FRELIMO optou por uma cooperação privilegiada com os países do bloco socialista, em um momento em que o Brasil se encontrava em um período de ditadura militar. Somente em 1981, em uma visita ministerial de Joaquim Chiassano, então ministro dos Negócios Estrangeiros, foi firmado o Acordo Geral de Cooperação, em que se destacaram projetos na área de desenvolvimento urbano, agricultura e segurança alimentar, saúde pública e fortalecimento do Poder Judiciário (ABDENUR; RAMPINI, 2015). A redemocratização no Brasil (1989) e o fim da guerra civil em Moçambique (1992) oportunizaram um novo impulso para a interação entre os dois países, momento em que também ocorria o fim da Guerra Fria.

Assim, com a consolidação democrática em ambos os países e com a tentativa de Moçambique de diversificar parceiros após um período de relações muito estreitas com os países do Norte caracterizados pelo crescimento exponencial de sua dívida externa, as relações Brasil-Moçambique adensaram-se. Já em 1991, o presidente Fernando Collor viajou a Moçambique e, em 1994, o Brasil enviou tropas para a operação de paz da ONU em Moçambique (ONUMOZ). Seguindo tais acontecimentos, em 1998, Moçambique inaugurou sua Embaixada em Brasília,

⁴⁵ A Guerra Civil foi travada entre a FRELIMO e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), em uma disputa pelo poder no país.

durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Este presidente também visitou Maputo em 2000, gesto que foi correspondido por Chiassano em suas visitas à Brasília em 2001 e 2002 (BRASIL, 2015k).

Como mencionado, a ascensão de Lula à presidência trouxe maior fôlego para a agenda africana na diplomacia brasileira. Neste sentido, o presidente brasileiro visitou Moçambique em três ocasiões (2002, 2008 e 2010). Além disso, o ministro Celso Amorim também viajou a Maputo durante o período. Esta atitude foi seguida pelo governo moçambicano, tanto a nível ministerial quanto presidencial. Em 2004, o presidente Joaquim Chiassano veio à Brasília, ocasião que oportunizou o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique com o Brasil, no valor de US\$ 315 milhões (BRASIL, 2015k). Em 2007 e em 2009, Armando Guebuza também visitou o país. Em 2010, foi realizada a mais recente sessão da Comissão Mista Brasil-Moçambique, que contou com outras quatro sessões anteriores.

4.1 Cooperação Técnica e em Defesa

A Cooperação Técnica entre Brasil e Moçambique ocorre, assim como acontece com Angola, majoritariamente no âmbito da ABC. Hoje, o Brasil possui 18 projetos em execução de cooperação Sul-Sul com Moçambique. Destes, vale ser destacado, primeiramente, o projeto de Apoio ao Desenvolvimento Urbano em Moçambique, que está em sua segunda etapa, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional em Moçambique (BRASIL, 2015d)⁴⁶. Além disso, acentua-se os projetos de Modernização da Previdência Social⁴⁷, a Capacitação Jurídica de

⁴⁶ “Seus objetivos são: apoiar a elaboração de proposta de política habitacional para Moçambique, transferir metodologias de construção não-convencional adequadas à realidade moçambicana e tecnologias para a implantação de incubadoras de empreendimentos populares, formular metodologia para implementação de Sistema de Acompanhamento de Custos e Índices da Construção Civil, elaborar o projeto de ampliação do Centro Tecnológico de Namialo e apoiar a instalação de um laboratório, com vistas a torná-lo um centro de pesquisa e disseminação de conhecimento em tecnologias não convencionais de construção” (BRASIL, 2015d, não paginado).

⁴⁷ Com o objetivo de “contribuir, a curto prazo, para a correção dos problemas existentes no sistema de segurança social de Moçambique, implantando ações emergenciais; e a médio prazo durante o processo de implementações das ações do novo modelo de gestão do INSS-Mz” (BRASIL, 2015d, não paginado).

Formadores e Magistrados⁴⁸, a Implantação de Banco de Leite Humano e do Centro de Lactação⁴⁹ e a Capacitação de Militares⁵⁰, dentre outros.

Em parceria com a EMBRAPA, a ABC também participa do Projeto de Apoio Técnico ao Desenvolvimento de Inovação Agrária em Moçambique (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011). Essa parceria data de 2002, quando foi firmado o Memorando de entendimento entre o Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural de Moçambique e a EMBRAPA (CAU, 2011). A agricultura é uma área de importante potencial de cooperação técnica devido às similitudes climáticas e geológicas entre os dois países (ver mapa 3). Com este mesmo intuito, em 2010, agricultores moçambicanos visitaram o Brasil para aprender sobre o ciclo anual de plantio e colheita de sementes tradicionais. Tal visita foi organizada sob a égide do acordo de cooperação técnica Brasil-União Africana (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011). Existe também iniciativa brasileira na área de cotonicultura, com o objetivo de “ampliar a capacidade institucional e a formação de pesquisadores e produtores na utilização e difusão de tecnologias de produção do algodão em pequenas propriedades” (FUNAG, 2015, p. 53). Tal projeto, intitulado Projeto Regional de Fortalecimento do Setor Algodoeiro nas Bacias do Baixo Shire e Zambeze⁵¹, teve início em 2014 e tem previsão de duração de quatro anos. Além disso, a PAA- África (Programa de Aquisição de Alimentos), um dos principais programas vigentes de cooperação humanitária do Brasil com os países africanos, atua em conjunto com a FAO e com o Programa Mundial de Alimentos (PMA) em Moçambique visando o fortalecimento dos mercados locais de alimentos e o acesso à agricultura familiar (FUNAG, 2015).

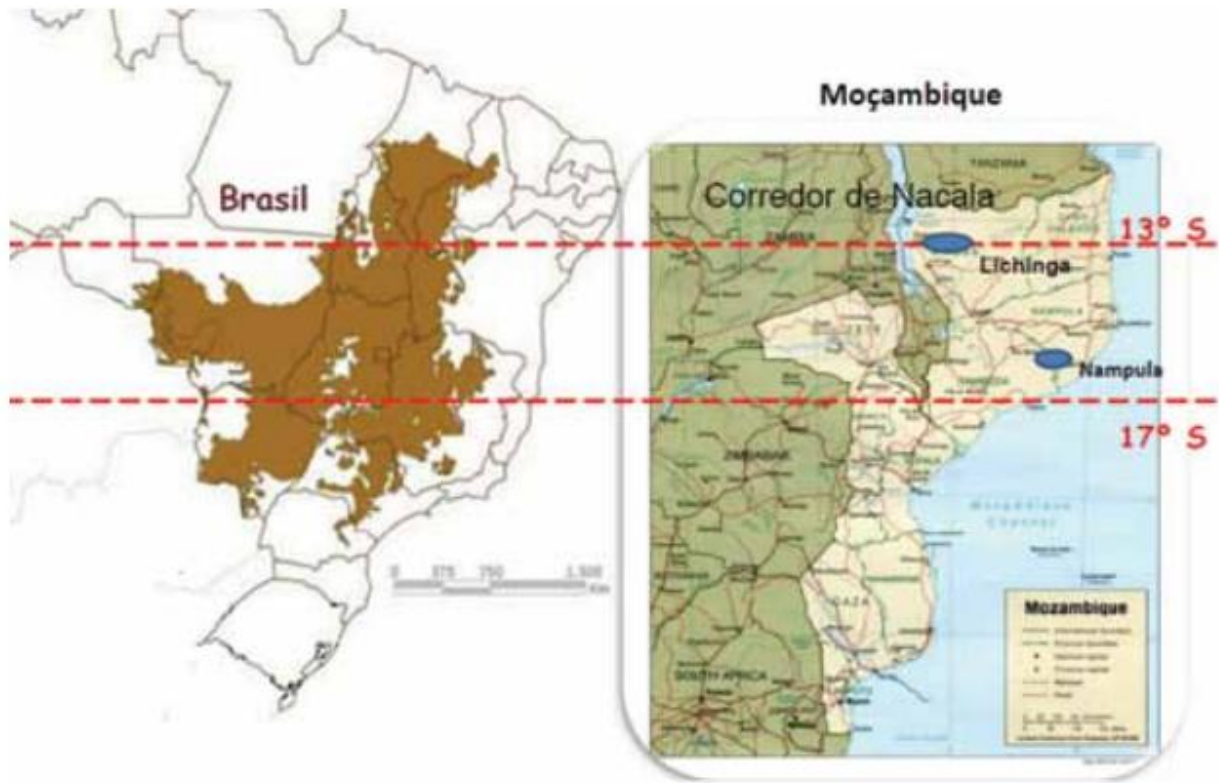
⁴⁸ “O projeto pretende aprimorar o acesso e a aplicação da justiça, dotando suas instituições de recursos humanos qualificados e motivados para o desempenho de suas atribuições” (BRASIL, 2015d, não paginado).

⁴⁹ “A implantação do projeto contribuirá para redução da mortalidade materna, neonatal e infantil em Moçambique em conformidade com o Plano Integrado para o Alcance dos ODMs 4 e 5 elaborados pelo Ministério da Saúde. Também contribuirá para minorar a infecção e a transmissão em neonatal” (BRASIL, 2015d, não paginado).

⁵⁰ “A capacitação tem o intuito de transmitir aos militares moçambicanos conhecimentos específicos da experiência militar brasileira, com o objetivo de fortalecer as relações bilaterais com os países africanos de língua portuguesa” (BRASIL, 2015d, não paginado).

⁵¹ Este projeto também beneficia o Malauí.

Mapa 3- Mapa Geológico Comparativo Brasil- Moçambique



Obs.: A parte marrom do mapa do Brasil representa a ecorregião do cerrado.

Fonte: IPEA e Banco Mundial (2011)

É importante sublinhar, também, um dos projetos mais importantes de cooperação bilateral Brasil-Moçambique: a Fábrica de Antirretrovirais, instalada em parceria com a FIOCRUZ e com a ABC. O projeto teve início em 2008, quando foi inaugurado um escritório da FIOCRUZ na África. As operações da fábrica tiveram início em 2010, tendo como objetivo o combate e o monitoramento do vírus HIV/AIDS no país, “visando a transferência de tecnologias e conhecimento na fabricação, embalagem, armazenamento, controle de qualidade e distribuição de medicamentos” antirretrovirais (ABDENUR; RAMPINI, 2015, p. 106). O Brasil concede a maior parte dos investimentos, que somam aproximadamente US\$23 milhões, e cabe a Moçambique a decisão de como e onde adquirir as matérias-primas da fórmula dos medicamentos. O estabelecimento do laboratório pode permitir exportações de medicamentos de Moçambique para os países vizinhos (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011), que também enfrentam

problemas graves relacionados à transmissão do vírus HIV⁵². O objetivo final é a transferência total do controle da fábrica para o governo de Maputo. Vale destacar, outrossim, que a FIOCRUZ contribuiu para a criação do banco de leite humano no país, além de ampliar o mestrado em ciências da saúde e contribuir para o fortalecimento do Instituto Nacional de Saúde (ABDENUR; RAMPINI, 2015).

Outro viés de cooperação de grande vulto é na área educacional. Em 2010, foram lançados os três primeiros polos da Universidade Aberta do Brasil em Moçambique. Tal projeto é realizado em conjunto por oito universidades, quatro de cada país, e inclui as áreas de matemática, biologia, pedagogia e administração pública (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011). O projeto acadêmico é realizado conjuntamente e mescla ensino on-line e presencial. O Brasil investirá cerca de US\$ 30 milhões. “A maior parte dessa contribuição será alocada para bolsas de estudo em Moçambique. O projeto beneficia 700 alunos moçambicanos em três centros (Maputo, Beira e Lichinga) e, em 5 anos, a estimativa é que 10 mil alunos terão participado do projeto” (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011, p.80). No que tange o ensino profissionalizante, é importante ressaltar a implementação do Centro de Formação Profissional em Maputo, em uma parceria da ABC com o SENAI. O objetivo é promover a industrialização e o apoio a políticas de promoção de empregos, visando oportunizar cerca de 500 mil cargos (BRASIL, 2015d).

A cooperação também se estende para a área da defesa:

em julho de 2005, foi estabelecida a adidância das Forças Armadas junto à Embaixada em Maputo- reflexo da importância crescente de Moçambique como parceira na cooperação militar. Oficiais e suboficiais moçambicanos são treinados em academias militares brasileiras, e em 2014 o Brasil ofereceu contribuir para a estrutura naval moçambicana. Também foi prometida a doação de aeronaves de treinamento, e os dois países estudam a possibilidade de incorporar o fornecimento de equipamentos de defesa à cooperação militar bilateral (ABDENUR; RAMPINI, 2015, p. 107).

Há, também, parceria no âmbito da segurança pública, em que as áreas prioritárias são a cooperação técnica e o combate ao tráfico de drogas, tendo sido criada uma Comissão Mista para tal fim. Na área de ciência e tecnologia, destacam-se as oportunidades advindas do

⁵² Muitos países da África Austral encontram-se em um situação epidêmica devido ao vírus HIV/AIDS. Na África do Sul, por exemplo, mais de 17% da população é infectada.

compartilhamento de dados do satélite sino-brasileiro (CBERS), podendo conduzir ao estabelecimento de um programa espacial em Moçambique (CAU, 2011).

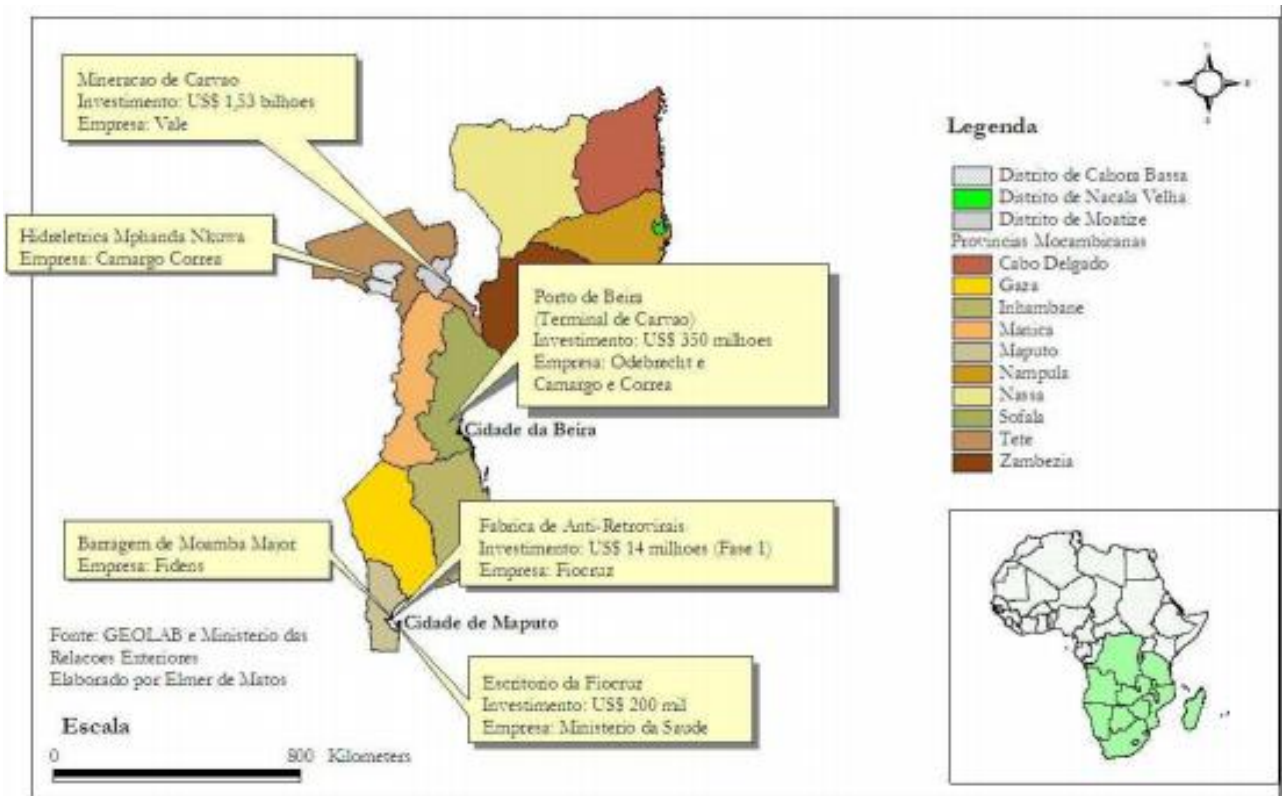
Destacam-se, também, algumas iniciativas de cooperação trilateral, que vem trazendo oportunidades de desenvolvimento para Moçambique. Primeiramente, um dos projetos mais relevantes é o ProSavana, fruto de uma parceria da ABC, do governo moçambicano e da agência de desenvolvimento internacional do Japão. O ProSavana tem como objetivo o desenvolvimento agrícola regional, visando a modernização e o aumento de produtividade, além do aumento das exportações, com foco no corredor de Nacala (ABDENUR; RAMPINI, 2015). Seu projeto é inspirado na experiência da EMBRAPA no Brasil. Ainda assim, vem sendo alvo de críticas, tanto pelo deslocamento da população local como por beneficiar majoritariamente a grande produção agrícola, não atingindo os pequenos produtores como o esperado. Além disso, no âmbito da cooperação trilateral, podem-se citar os projetos de Nutrição e Segurança Alimentar e de Assistência Técnica Complementar ao Projeto de Apoio ao Desenvolvimento de um Programa Nacional de Alimentação Escolar, ambos uma parceria Brasil-Moçambique-EUA, e ainda o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAE), com a participação do PMA (BRASIL, 2015g).

4.2 Cooperação Infraestrutural e Energética

Semelhante ao que se passou em Angola, a guerra civil moçambicana foi devastadora para o país, que teve que se deparar com a necessidade de reconstrução total da sociedade. A premência dos problemas sociais fez com que o país contraísse grandes débitos junto a organismos internacionais, fazendo com que o governo perdesse parte de sua autonomia decisória, em um período em que o país era classificado como um dos mais pobres do mundo. Com o final da guerra civil e a redemocratização do Brasil, foi possível o início de uma aproximação nesta área com o intuito de reconstruir o país e diversificar parceiros (ver mapa 4). Assim como no caso angolano, a cooperação na área de infraestrutura e energia entre Brasil e Moçambique ocorre por meio da tríade governo brasileiro- setor privado brasileiro- governo moçambicano (ver sessão 3.2 para uma explicação mais aprofundada)⁵³.

⁵³ Contudo, vale ressaltar que o papel articulador do Estado moçambicano não é tão forte como o angolano, em especial devido a grande importância do capital externo na economia.

Mapa 4- Principais Investimentos do Brasil em Moçambique



Uma das principais empresas atuantes no setor energético em território moçambicano é a Vale, que ganhou o direito de exploração do complexo carbonífero de Moatize em 2004. Tal projeto promoveu 4500 postos de trabalho na fase de desenvolvimento e 856 na fase de operações (CAU, 2011). Em 2015, pretende-se concluir o projeto de expansão de Moatize, no qual a capacidade da mina será duplicada para 22 milhões de toneladas por ano (VALE, 2014). Vinculado a este projeto, a Vale solicitou o apoio do SENAI para conceber um programa de treinamento técnico com o fim de fornecer mão-de-obra qualificada para a mina. “O programa implementado oferece formação em manutenção mecânica e elétrica, soldagem, equipamentos de mineração e operação da fábrica de carbono” (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011, p.68).

A Vale também atua na operação da Linha Ferroviária de Sena e no Terminal de Carvão Cais 8, bem como no projeto do Corredor de Nacala. O corredor de Nacala (ligando a Zâmbia e o oeste de Moçambique ao porto de Nacala) é especialmente importante para a construção de infraestrutura no país. Além disso, há uma importância regional uma vez que, junto aos

corredores de Beira (ligando o Zimbábue ao porto de Beira e ao Malauí), de Maputo (ligando Moçambique à África do Sul) e de Mtwara (ligando o norte da Tanzânia a Moçambique e à Zâmbia), tem sido importante polo de desenvolvimento regional, incentivando o comércio entre os países da África Austral, sendo denominados “corredores de desenvolvimento diplomático” (LALBAHADUR; OTTO, 2013). Para Moçambique é de grande relevância, pois liga seus portos ao *hinterland* sul-africano (ver mapa 5). Além disso, a Vale investiu US\$ 7 milhões em projetos sociais, com destaque ao de Reabilitação do Hospital Provincial do Tete e do centro de Saúde de Moatize (CAU, 2011). Em 2013, a empresa inaugurou um centro esportivo (VALE, 2013a). Ao todo, a Vale emprega 17.320 pessoas no país, sendo 87% moçambicanos (VALE, 2014).

Mapa 5- Corredores de Desenvolvimento na África Austral



Fonte: UN HABITAT (2010).

A Odebrecht, por sua vez, atua em vários projetos ligados à infraestrutura, com destaque para a construção das instalações da usina de Moatize, que como mencionado é explorada pela Vale. Além disso, a empresa atuou na construção do aeroporto de Nacala, inaugurado em 2015 (ODEBRECHT, 2015a). Durante a construção, a Odebrecht realizou um programa de qualificação profissional vinculado ao projeto (ODEBRECHT, 2012). A Camargo Correa também participa do consórcio para a construção da mina de Moatize. Ademais, constrói o

projeto hidrelétrico de Mphanda Nkuwa no Rio Zambeze (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011) e adquiriu parte da empresa de cimento de Nacala (VILAS-BÔAS, 2011). Destaca-se, outrossim, a presença da empresa Andrade Gutierrez, que possui três projetos em andamento no país, além de contar com um escritório em território moçambicano (ANDRADE GUTIERREZ, 2015).

A Caixa Econômica Federal também atua em Moçambique, onde oferece cooperação técnica internacional para o desenvolvimento de projetos de habitação. Acentua-se, igualmente, a presença da ELETROBRÁS no país, que desde 2010 vem estudando a construção de uma linha de transmissão de alta tensão, ligando a província de Tete a Maputo (VILAS-BÔAS, 2011). Estuda-se a possibilidade da construção de uma usina hidrelétrica com capacidade instalada de 1.500 MW no norte de Moçambique sob a égide da ELETROBRÁS (ELETROBRÁS, 2012). Tal empresa tem papel importante na capacitação e na transferência de conhecimento.

É importante destacar, outrossim, a cooperação em biocombustíveis, eixo que tem se tornado relevante após o memorando de entendimento entre os dois países neste setor, firmado em 2007. Devido às características do solo moçambicano, há grande potencial para o desenvolvimento das culturas necessárias para tal produção, podendo-se aproveitar da experiência brasileira (BAMBO, 2014). Em 2010 foi aberta uma linha de crédito para empresas brasileiras atuantes em Moçambique pelo BNDES, com um orçamento de US\$ 3,5 bilhões para cooperação para o desenvolvimento de usina de etanol (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011, p. 85). Uma das principais organizações atuantes no país é a Petrobrás Biocombustível, que pretende produzir etanol em grande escala em parceria com a estatal Petróleos de Moçambique – Petromoc (BAMBO, 2014). A Petrobrás também atua na no bloco *offshore* de Zambeze e coopera com a Agência Nacional de Petróleo na área de hidrocarbonetos.

4.3 Cooperação Política, Cultural, Multilateral e Econômica

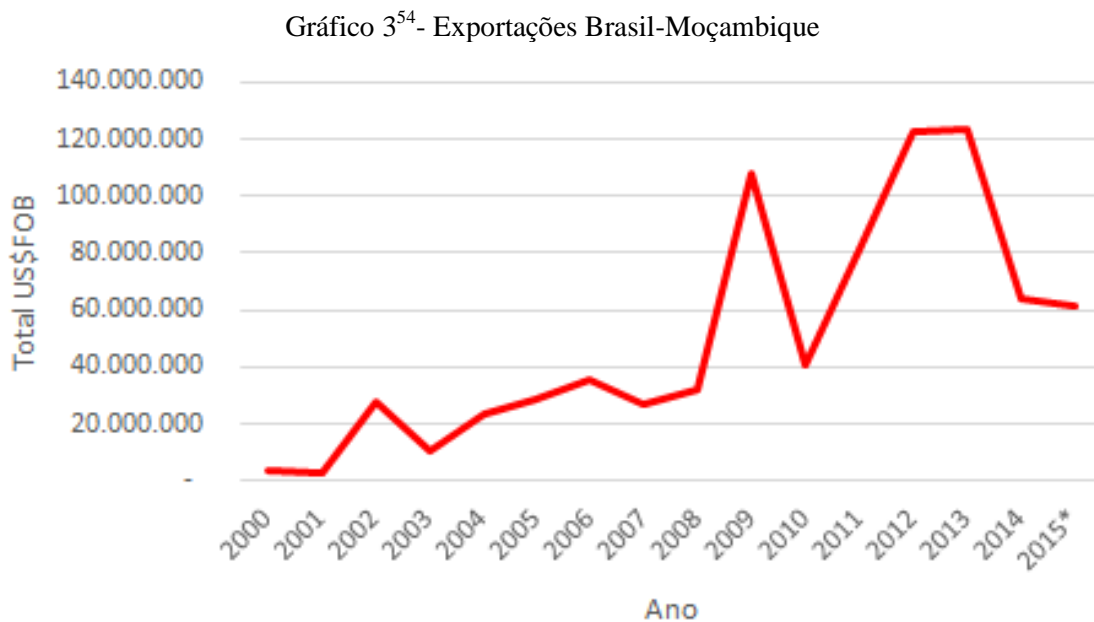
A cooperação política tem um papel central nas relações Brasil-Moçambique, sendo ela um dos eixos mais estáveis de interação entre os dois países. Seguindo tal padrão, a presidenta Dilma Rousseff visitou Maputo ainda no primeiro ano de seu mandato. Desta visita, seguiram-se outras de nível ministerial, e o vice-presidente Michel Temer foi ao país em 2012 para comparecer à reunião da CPLP. Armando Guezuba fez visita ao Brasil durante o mandato da presidenta em 2012, por ocasião da Conferência Rio+20. No que tange os aspectos culturais,

devido ao compartilhamento de raízes históricas comuns, os dois países apresentam diversos eixos de cooperação. Uma das primeiras iniciativas neste sentido foi a criação do Centro Cultural Brasil-Moçambique, em 1989, tendo como objetivos a divulgação da cultura brasileira e moçambicana, assim como a integração cultural afro-brasileira (BRASIL, 2015f). Além disso, alguns projetos culturais tendo em vista a inclusão social foram implementados, usando, por exemplo, a integração por meio do futebol (IPEA; BANCO MUNDIAL, 2011). Vale destacar, contudo, que existe também algumas críticas quanto a presença cultural brasileira no país, como a transmissão de programas televisivos com uma imagem do Brasil elitista e com negros em papel de subordinação, principalmente nas transmissões de novelas da Rede Globo, e a presença das igrejas pentecostais brasileiras, que muitas vezes tentam descaracterizar a cultura africana (ABDENUR; RAMPINI, 2015).

No âmbito multilateral, vale ressaltar a interação Brasil-Moçambique por meio da CPLP. A criação do bloco, assim como com Angola, foi um dos impulsos mais importantes de aproximação entre Maputo e Brasília. Neste sentido, diversos projetos de cooperação ocorrem entre os dois países através da CPLP, a exemplo do treinamento e desenvolvimento de profissionais da saúde, desenvolvimento do complexo industrial de saúde e instalação de centros técnicos e manutenção de equipamento (FONSECA; ESTEVES; GOMES, 2015). Vale destacar que Moçambique também compõe os PALOPs. Além disso, as suas atuações em órgãos internacionais são consonantes, defendendo o multilateralismo no Sistema Internacional e maior espaço para os países do Sul. Assim, Moçambique já demonstrou seu apoio à candidatura brasileira ao assento permanente no CSONU (CAU, 2011).

Sob uma perspectiva das relações bilaterais econômicas, verificou-se um aumento dos investimentos brasileiros em Moçambique a partir da década de 2000, em parte devido aos incentivos fiscais por parte do governo moçambicano para projetos de grande porte (ABDENUR; RAMPINI, 2015, p. 108). O estabelecimento da Câmara de Comércio, Indústria e Agropecuária Brasil-Moçambique tem como objetivo fomentar estas relações através da criação de um ambiente institucional e de negócios favorável, buscando trazer informações sobre as oportunidades de investimentos em Moçambique (CÂMARA DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGROPECUÁRIA BRASIL-MOÇAMBIQUE, 2015). A APEX também atua no país com o objetivo de fomentar relações e prospectar oportunidades, realizando feiras com tal fim.

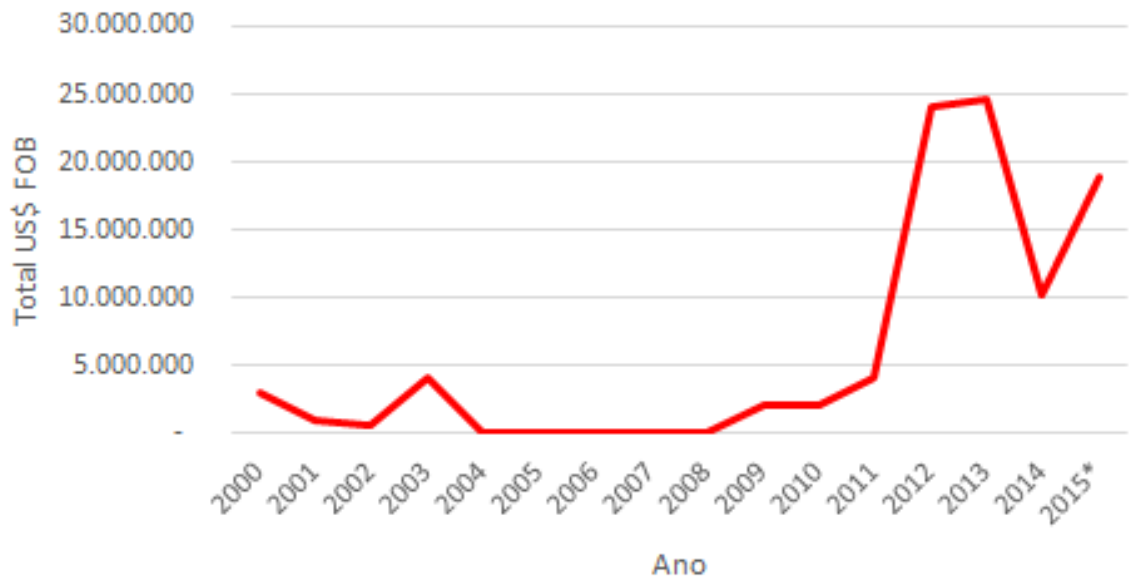
O intercâmbio comercial bilateral também mostrou tendência de crescimento, tendo quadruplicado no período de 2008 a 2012 (BRASIL, 2015k). No entanto, ainda é pouco expressivo e caracterizado por um desequilíbrio: apenas 0,05% das exportações moçambicanas estão destinadas ao Brasil, que ocupa o 53º lugar entre os compradores de Moçambique (ABDENUR; RAMPINI, 2015, p. 107). Até o mês de setembro de 2015, as categorias de produtos mais exportados do Brasil a Moçambique foram *Máquinas e Aparelhos*, *Materiais Elétricos e suas Partes* e *Material de Transporte*, ambas apresentando um crescimento referente ao mesmo período do ano passado. Moçambique, por sua vez, exporta para o Brasil majoritariamente *Produtos Minerais*, o que representa mais de 90% de sua pauta exportadora (BRASIL, 2015l). O saldo da balança comercial foi, durante todo o período analisado, favorável ao Brasil (Ver gráficos 3 e 4).



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados do MDIC (BRASIL, 2015l).

⁵⁴ Os dados referentes ao ano de 2015 em ambos os gráficos compreendem o período somente até o mês de setembro. Assim, os números totais do ano deverão ser maiores.

Gráfico 4- Exportação Moçambique-Brasil



Fonte: Gráfico elaborado pela autora com base nos dados do MDIC (BRASIL, 2015l).

Em março de 2015 foi firmado o Acordo Brasil-Moçambique de Cooperação e Facilitação de Investimentos, sendo o primeiro tratado assinado com base no novo modelo brasileiro de acordos de investimento (BRASIL, 2015i), que depois seria aplicado também a Angola. O acordo conta com a participação do MRE e do MDIC, além de representantes do setor privado, tendo em vista aproximação com Moçambique por meio da cooperação industrial e da tentativa de integração produtiva dos dois países (BRASIL, 2015i). As áreas privilegiadas pelo acordo são construção civil, mineração e energia. Além disso, Moçambique é um dos países apontados no Plano Nacional de Exportação (PNE) lançado em junho de 2015 como um mercado prioritário, conformando-se a expectativa de aumento das exportações brasileiras para o país no próximo período (PEDUZZI, 2015).

4.4 Conclusão Preliminar: O Padrão de Cooperação Brasil-Moçambique

Pode-se concluir, então, que as últimas décadas suscitaram a aproximação de Moçambique e Brasil. Um primeiro impulso pôde ser notado com a redemocratização brasileira e o posterior fim da guerra civil em Moçambique, mas a agenda africana foi realmente valorizada com a vigência do governo Lula no Brasil. No que tange a cooperação técnica, é necessário frisar

a quantidade vultosa de projetos, que se estendem pelas mais diversas áreas. Em especial, a instalação da fábrica de antirretrovirais em Moçambique se mostrou um dos projetos mais importantes de cooperação Sul-Sul entre os dois países, contribuindo para o desenvolvimento holístico do país africano. Além disso, as diversas iniciativas de formação e qualificação de recursos humanos devem ser ressaltadas, assim como o papel decisório do governo moçambicano sob os projetos brasileiros no país. Nota-se também um crescimento da cooperação em defesa e de projetos de cooperação trilateral, dos quais se destaca o ProSavana.

A cooperação infraestrutural e energética se mostrou essencial para Moçambique, em especial devido às condições estabelecidas após a guerra civil, sendo necessária para a rearticulação das cadeias produtivas nacionais e para a melhora de qualidade de vida de parte da população. Ainda assim, o Estado tem um papel mais restrito do que no caso de Angola, em especial devido à grande importância do capital externo na economia moçambicana. Com isso, a presença de empresas brasileiras, que estabelecem um padrão de interação mais horizontal, pode ser essencial para romper algumas práticas assimétricas ainda vigentes no país. A área de infraestrutura também se mostra basilar para a concretização da integração regional na África Austral, sendo, portanto, estratégicos os investimentos das empresas brasileiras.

O viés de cooperação política e cultural tem sido o mais estável entre os dois países, o que é representado pelas visitas de alto nível e pelos projetos de integração cultural, a exemplo do Centro Cultural Brasil- Moçambique. No que tange a cooperação multilateral, nota-se a aproximação por meio da CPLP; nos organismos internacionais, ambos tentam pautar a multipolarização do Sistema Internacional por meio da atribuição de maior poder decisório aos países do Sul. As relações econômicas, por sua vez, ainda que apresentem uma tendência de crescimento nas últimas décadas, mantêm a balança comercial favorável ao Brasil, e Moçambique continua apresentando sua pauta exportadora muito concentrada. Assim, devem ser analisados nos próximos anos os impactos que irão decorrer da inclusão de Moçambique no PNE e do Acordo de Facilitação de Investimentos.

As relações, portanto, encaminham-se para a consolidação de uma parceria estratégica. Os diversos eixos de interação permitem afirmar que se estabelece a cooperação Sul-Sul em várias áreas, em especial nos vultosos projetos de cooperação técnica. Apesar do claro estabelecimento de uma parceria para o desenvolvimento, nota-se uma menor institucionalização das relações quando comparado com o caso angolano, ainda que Moçambique desponte como parceiro

brasileiro na África. Como com Angola, no entanto, ainda há bastante espaço para o adensamento dos fluxos entre os países, e nota-se também certa dependência do viés político dos governos em vigor, não se configurando ainda como uma política de Estado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estabelecimento de vínculos Sul-Sul tem se mostrando relevante para os países periféricos por permitir o estabelecimento de relações horizontalizadas e esvaídas de condicionalidades, possibilitando que os Estados tenham papel político decisório, diferenciando-se, portanto, qualitativamente das relações Norte-Sul. A pesquisa feita neste trabalho sobre a dinâmica dos países periféricos e sobre as origens do subdesenvolvimento nos países africanos permitiu verificar os aspectos nocivos que as relações assimétricas com os países Ocidentais trouxeram para o continente, promovendo o desenvolvimento desigual. A cooperação Sul-Sul, assim, vem sendo um instrumento importante no rompimento desta lógica, e o Brasil tem um papel significativo neste sentido.

A realização dos estudos de caso da interação brasileira com Angola e Moçambique permitiu verificar os benefícios advindos do estreitamento destes laços. Primeiramente, a cooperação técnica tem possibilitado a capacitação profissional, a transferência de *know-how* e a instalação de projetos de vital importância para o desenvolvimento holístico destas sociedades. Sob este aspecto, destacam-se as iniciativas na área de educação, como o Projeto Escola para Todos, de saúde, como a implementação dos bancos de leite humano, de proteção social, como a implementação do Fome Zero, e de agricultura, como o Projeto de Apoio Técnico ao Desenvolvimento de Inovação Agrária. Com Moçambique, em especial, deve-se frisar a vultosa quantidade de projetos, que se diversificam escopo. Em particular, deve-se conceder a devida ênfase à instalação da fábrica de antirretrovirais no país, que tem contribuído para o desenvolvimento social moçambicano, podendo ser considerada uma revolução na área de saúde. Destaca-se, também, a importância da cooperação em defesa. Esta vai além da mera capacitação e transferência de conhecimentos, pois adquire um significado importante para a salvaguarda da soberania destes países, no contexto de um continente em que as pretensões intervencionistas externas, em especial em locais com abundância de recursos naturais, são recorrentes.

No que tange a cooperação infraestrutural e energética, vale ressaltar o seu papel na reconstrução destes países, que se encontravam devastados após a guerra civil, possibilitando a rearticulação das cadeias produtivas nacionais e viabilizando o acesso a recursos básicos para a população. Nota-se, outrossim, a diferença da atuação das empresas brasileiras em solo africano, tendo como princípios a contratação de mão-de-obra local e sua atuação induzida pela demanda,

atribuindo aos Estados angolano e moçambicano um papel decisório muito importante. Além disso, é válido mencionar a importância da construção da rede de infraestrutura e energia para a facilitação da industrialização nestes países, sendo um estimulador também da integração regional, através da construção dos “corredores de desenvolvimento diplomático”. Sob esta ótica, os projetos promovidos na área de infraestrutura e energia em Angola e Moçambique podem ser uma catapulta para o desenvolvimento endógeno dos mesmos. Ainda assim, faz-se a ressalva de que foram abordadas neste trabalho as linhas gerais das interações das empresas brasileiras nestes países, focando na sua diferença em especial com como ocorre a interação com empresas com matrizes em países no Norte global, não se aprofundando em todos os aspectos das atuações destas ou em suas possíveis críticas, que também podem também ser objeto de análise.

Com ambos os países estudados verificou-se uma estabilidade significativa nas relações políticas e culturais, vinculadas a um passado histórico comum. As relações políticas são marcadas pela reciprocidade entre os Estados, não sendo imposta uma agenda por nenhuma das partes, algo que muitas vezes ocorre nas interações com países do Norte. Angola e Moçambique compõe o eixo prioritário de inserção do Brasil na África, ainda que haja espaço para mais estreitamento das relações. Do ponto de vista das instituições multilaterais, os três países apresentam uma agenda comum, em especial na pauta da reforma dos espaços para que seja possibilitada uma maior multipolarização e na defesa de um padrão de comércio mais justo, principalmente por parte dos países centrais. A lusofonia também é um cerne importante de interação, destacando-se a atuação da CPLP, pela qual vários projetos de cooperação técnica são facilitados. Com Angola, ainda, é de vital importância as relações com o Brasil sob o âmbito da ZOPACAS, onde a soberania e a não-interferência no Atlântico Sul são pautadas, o que se mostra essencial para a defesa dos recursos energéticos *offshore* brasileiros e angolanos.

No que tange as relações econômicas, deve-se frisar a importância das linhas de crédito, que se mostram como instrumentos de cooperação Sul-Sul, uma vez que estes empréstimos são esvaziados de condicionalidades políticas e apresentam condições de pagamento muito diferentes das impostas pelas instituições internacionais, como o FMI. Esse aspecto se mostra basilar para Angola e Moçambique, que precisam de dinheiro para financiar sua economia. O perdão da dívida de Moçambique, além de ter sido uma ajuda a sua situação financeira, foi um marco importante da maneira diferenciada de como seriam estabelecidas as relações econômicas entre os países. Ainda assim, vale ressaltar que a balança comercial tanto com Angola como com

Moçambique ainda se mostra favorável ao Brasil e muito concentrada em poucos produtos. Diferente do que ocorre nas trocas de outros grandes países com o continente africano, no entanto, a presença brasileira no continente não é baseada na busca por recursos naturais, fazendo com que estas relações assumam outro padrão. Além disso, deve-se analisar nos próximos anos os impactos sob a balança comercial do Acordo de Facilitação de Investimento e da inserção de Angola e Moçambique no PNE.

Assim, as relações do Brasil com Angola e Moçambique ocorrem sob um viés de cooperação Sul-Sul, sendo uma via de melhoria socioeconômica para estes países. Isso pode ser notado na transferência de *know-how*, na preocupação com questões de soberania interna, na atuação induzida pela demanda e na cooperação política e multilateral. O estabelecimento de uma parceria para o desenvolvimento entre países semiperiféricos e periféricos tem sido uma via de rompimento das relações assimétricas Norte-Sul, podendo apresentar-se como um instrumento de superação do subdesenvolvimento destes países⁵⁵. Além disso, a cooperação Sul-Sul mostra-se como uma alternativa de inserção mundial, tendo um potencial de modificar a atuação dos países africanos no Sistema Internacional. Houve, portanto, a verificação das hipóteses sugeridas no início do trabalho. Aqui, faz-se a ressalva de que persistem ainda muitas críticas quanto à inserção do Brasil na África, por uma concepção de que o Estado brasileiro também estaria tendo ganhos com este padrão de relacionamento. Além de ser irrisório pensar que um Estado que também busca seus interesses nacionais possa se engajar com tal projeção sem adquirir benefícios, acentua-se, novamente, que o padrão de cooperação brasileiro por meio da cooperação Sul-Sul aproxima-se muito mais do ideal de igualdade, atribuindo centralidade para as decisões soberanas dos Estados africanos.

Destarte, a herança colonial e a forte vinculação às economias Ocidentais após a independência ainda são sentidas, o que pode ser constatado pelos altos níveis de pobreza e marginalização dos países da África Austral. No entanto, é importante não se ater a uma ideia retrógrada e simplista de que o continente africano está em uma situação caótica e desestruturada, e vermos as possibilidades que a cooperação Sul-Sul vem trazendo- acompanhada também de iniciativas de integração-, a exemplo do caso da inserção do Brasil em Angola e Moçambique,

⁵⁵ Vale ressaltar que a atuação dos Estados semiperiféricos no Sistema Internacional ainda é objeto de debate. Ao mesmo tempo em que a situação dos países periféricos depende de sua atuação, a semiperiférica também está sujeita a entrar na lógica das superpotências, fazendo parte de uma reação contrária à emergência da periferia (PEREIRA; MEDEIROS, 2015). Neste sentido, se mostram de extrema importância as escolhas estratégicas dos Estados semiperiféricos no Sistema Internacional.

sem nunca esquecermos que o continente ainda passa por dificuldades e precisa desprender-se dessa condição de subdesenvolvimento de forma autônoma e com alternativas africanas. Além disso, é importante ressaltar que essa desvinculação da dependência com os países ocidentais deve ser acompanhada pela modernização e industrialização da economia do continente, assim como de progresso social.

É necessário, então, que maiores esforços sejam empreendidos por parte dos africanos e dos países que buscam iniciativas anti-hegemônicas para que uma aproximação com o Ocidente através dos mecanismos desiguais não se perpetue. Dessa forma, evidencia-se a importância do papel de lideranças individuais, de escolhas políticas, de formação de blocos internacionais de cooperação, além de iniciativas internas de fortalecimento das soberanias para que as assimetrias que comprometeram a situação socioeconômica destes países cessem e o progresso do continente possa ser promovido.

REFERÊNCIAS

- ABDENUR, Adriana Erthal; RAMPINI, João Marcos. A Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento com Angola e Moçambique: uma Visão Comparada. In: RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Política Externa Brasileira, Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 81-112.
- ALVES, Leonardo Pace. A Cooperação Técnica Triangula e o Papel do Inmetro. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p.117-139, dez. 2013.
- AMIN, Samir. **El Desarrollo Desigual**: Ensayo sobre las Formaciones Sociales del Capitalismo Periferico. Barcelona: Fontanella, 1975.
- _____. World Poverty, Pauperization and Capital Accumulation. **Monthly Review**, New York, v. 55, n. 5, Oct. 2003. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2003/10/01/world-poverty-pauperization-capital-accumulation>>. Acesso em: 03 mar. 2013.
- ANDRADE GUTIERREZ. **AG no Mundo**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://www.andradegutierrez.com.br/QuemSomos.aspx#mundo>>. Acesso em: 25 set. 2015.
- AUSTEN, Ralph. Africa and the world economy. In: VANSINA, Jan et al. **Études Africaines**: offertes à Henri Brunschwig. Paris: Ed. de L'école de Hautes études En Sciences Sociales, 1982. p. 33-43.
- BAMBO, Tomé Fernando. **Cooperação Sul-Sul**: o Acordo Brasil-Moçambique na Área de Biocombustíveis. 2014. 81 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.iri.usp.br/documentos/defesa_2014-03-31_tome_fernando_bambo_ME.pdf>. Acesso em: 26 out. 2015.
- BRACKING, Sarah; HARRISON, Graham. Africa: Imperialism goes naked. **Monthly Review**, New York, v. 55, n. 6, Nov. 2003. Disponível em:<<http://monthlyreview.org/2003/11/01/africa-imperialism-goes-naked>>. Acesso em: 24 maio 2015.
- BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação (ABC). **Angola**. Brasília, 2015a. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- _____.Agência Brasileira de Cooperação (ABC).**Centro de Formação Brasil-Angola** . Brasília, 2015b. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/CentroFormacaoAngola>> . Acesso em: 13 out. 2015
- _____. Agência Brasileira de Cooperação (ABC). **Introdução**. Brasília, 2015c. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/SobreABC/Introducao>>. Acesso em: 10 set. 2015.

_____. Agência Brasileira de Cooperação (ABC). **Projetos**. Brasília, 2015d. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa>>. Acesso em: 20 set. 2015.

_____. Agência Brasileira de Cooperação (ABC). **Projeto PROFORSA**. Brasília, 2015e. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarnoticia/534>>. Acesso em: 12 set. 2015.

_____. Embaixada do Brasil em Maputo. **Centro Cultural Brasil-Moçambique**. Brasília, 2015f. Disponível em: <http://maputo.itamaraty.gov.br/pt-br/centro_cultural_brasil-mocambique.xml>. Acesso em: 28 out. 2015

_____. Embaixada do Brasil em Maputo. **Cooperação em Agricultura e Segurança Alimentar**. Brasília, 2015g. Disponível em: <http://maputo.itamaraty.gov.br/pt-br/cooperacao_em_agricultura_e_seguranca_alimentar.xml>. Acesso em: 27 out. 2015.

_____. Ministério da Defesa (MD). **LAAD 2011: Brasil assina entendimento técnico que permitirá levantamento da plataforma continental de Angola**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/index.php/noticias/3693-14042011-defesa-laad-2011-brasil-assina-entendimento-tecnico-que-permitira-levantamento-da-plataforma-continental-de-angola>>. Acesso em: 19 out. 2015.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). **Acordo Brasil-Angola de Cooperação e Facilitação de Investimentos**. Brasília, 2015h. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8520:acordo-brasil-angola-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-luanda-1-de-abril-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). **Acordo Brasil-Moçambique de Cooperação e Facilitação de Investimentos**. Brasília, 2015i. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8511:acordo-brasil-mocambique-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-maputo-30-de-marco-de-2015&catid=42&lang=pt-BR&Itemid=280>. Acesso em: 16 abr. 2015

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). **República de Angola**. Brasília, 2015j. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4817&Itemid=478&cod_pais=AGO&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. Ministério das Relações Exteriores (MRE). **República de Moçambique**. Brasília, 2015k. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5534&Itemid=478&cod_pais=MOZ&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR>. Acesso em: 06 abr. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) . **Intercâmbio comercial brasileiro: Países e Blocos Econômicos**. Brasília, 2015l. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>>. Acesso em: 11 out. 2015.

_____. Rede Brasil Cultural. **Casa de Cultura Brasil-Angola**. Brasília, 2015m. Disponível em: <<http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/uncategorised/149-casa-de-cultura-br-angola>>. Acesso em: 08 set. 2015.

BULHÕES, Luiza. Brasil Aposta em Novo Modelo de Inserção na África. **Sul21**, [S.l.], 6 abr. 2015. Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/brasil-aposta-em-um-novo-modelo-de-insercao-na-africa/>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

CAHEN, Michel. Anticolonialism and Nationalism: Deconstructing Synonymy, Investigating Historical Process. In: MORIER-GENOUD, Eric (Ed.). **Sure Road ' ? Nations and Nationalisms in Guinea, Angola and Mozambique**. Leyde (pays-bas): Brill Academic Publishers, 2012. p. 1-28.

CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-ANGOLA. **A Câmara**. [S.l.], 2015. Disponível em: <http://www.angolabrasil.org.br/2014/?page_id=43>. Acesso em: 20 out. 2015

CÂMARA DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E AGROPECUÁRIA BRASIL-MOÇAMBIQUE (CCIABM). **Apresentação**. [S.l.], 2015. Disponível em: <<http://www.cciabm.com/institucional/apresentacao>>. Acesso em: 27 out. 2015.

CASTELLANO, Igor. **Política Externa na África Austral: Causas das mudanças nos Padrões de Cooperação-Conflito (1975-2010)**. 2015. 404 f. Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais) - Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grando do Sul, Porto Alegre, 2015.

CAU, Hilário Simões. **A Construção do Estado em Moçambique a as Relações com o Brasil**. 2011. 132 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Curso de Pós-graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/30619/000779967.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **23 coisa que Nunca lhe Contaram sobre Economia**. Lisboa: Clube do Autor, 2010.

COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA - CPLP. **CPLP**. Lisboa, 2015. Disponível em: <<http://www.cplp.org/id-2598.aspx>>. Acesso em: 16 abr. 2015

DÍEZ, Ángeles Sánchez; GÓMEZ, David Matesanz. **La inserción internacional de África: nuevas características de una vieja dependencia basada en los recursos naturales**. Lisboa, 2010. Disponível em: <[https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2343/1/CIEA7_32_SÁNCHEZ&MATESANZ;_La inserción internacional de África.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2343/1/CIEA7_32_SÁNCHEZ&MATESANZ;_La%20inserci3n%20internacional%20de%203c3a1f3africa.pdf)>. Acesso em: 20 maio 2015.

ELETROBRÁS. **Elektrobras estuda usina em Moçambique**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <[FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos; SERRANO, Franklin. **O mito do colapso americano**. Rio de Janeiro: Record, 2008.](http://www.elektrobras.com/elb/main.asp?ViewID={EB7EA1A1-360E-40FA-9360-742E53C8C220}&ms=itemID={EA621AF5-9039-4CBC-9822-EF9BCDECE37B}&UIPartUID;={9E178D3B-9E55-414B-A540-EB790C1DF788}>. Acesso em: 27 out. 2015.</p>
</div>
<div data-bbox=)

FONSECA, João Moura M. da; ESTEVES, Paulo Luiz M. L.; GOMES, Geovana Zoccal. **Brazilian Health and Agricultural Cooperation in Angola: An overview**. Rio de Janeiro: BRICS Policy Center, 2015. Disponível em: <<http://bricspolicycenter.org/homolog/uploads/trabalhos/6838/doc/968418951.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. **Angola, Brazil and FAO sign South-South Cooperation agreement**. [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://www.fao.org/news/story/en/item/212887/icode/>>. Acesso em: 15 out. 2015.

FUNDAÇÃO ALEXANDRE GUSMÃO - FUNAG. **Cadernos de Política Exterior**, Brasília, v. 1, n. 2, 2015. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/Cadernos_de_Politica_Exterior_Ano1_Num2_Segundo_Semestre_2015.pdf>. Acesso em: 09 nov. 2015.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ - FIOCRUZ. **A Fundação**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://portal.fiocruz.br/pt-br/content/fundação>>. Acesso em: 10 out. 2015.

GAIO, Gabrieli. “Você imaginou. Nós construímos.”: Estado, mercado e a participação brasileira na recuperação da infraestrutura angolana. **Observatório Político Sul-americano**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 8, p.1-55, ago. 2012.

HOB DEN, Steve; JONES, Richard. World-System Theory. In: BAYLIS, John; SMITH, Steve (Ed.). **The Globalization of World Politics**. New York: Oxford University Press, 1998. p. 125-145.

HOB SBAWM, Eric. **A Era dos Impérios**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

IPEA; BANCO MUNDIAL. **Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento**. Brasília: Ipea, 2011.

KUZMIN, Viktor. África pode se tornar motor para retomada do crescimento global, apontam analistas. **Gazeta Russa**, [S.l.], 2013. Disponível em: <http://gazetarussa.com.br/internacional/2013/04/02/africa_pode_se_tornar_motor_para_retomada_do_crescime>. Acesso em: 02 abr. 2013.

LALBAHADUR, Aditi; OTTO, Lisa. **Mozambique’s Foreign Policy: Pragmatic Non-Alignment as a Tool for Development**. Johannesburg, 2013. Disponível em:

<<http://www.saiia.org.za/occasional-papers/mozambiques-foreign-policy-pragmatic-non-alignment-as-a-tool-for-development>>. Acesso em: 25 maio 2015.

LESSA, Antônio Carlos. **História das Relações Internacionais: A Pax Britânica e o Mundo do Século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2011.

MANUEL, Luri. **Iniciativas de Cooperação e Integração na África na passagem do Século XX ao XXI: Entre a Subordinação e a Autonomia**. 2012. 63 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grando do Sul, Porto Alegre, 2012.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: História e Civilizações**. Salvador: Edufba, 2011.

MOGHALU, Kingsley. **Emerging Africa**. London: Penguin Books, 2014.

MOITA, Luis. **El Movimiento de los No Alineados**. Madrid: Editorial Revolution, 1983.

ODEBRECHT. **Aeroporto Internacional de Nacala é Inaugurado em Moçambique**. [S.l.], 2015a. Disponível em: <<http://odebrecht.com/pt-br/comunicacao/noticias/aeroporto-internacional-de-nacala-e-inaugurado-em-mocambique>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. **Em Moçambique, Programa Acreditar Recebe Reconhecimento Nacional**. [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://odebrecht.com/pt-br/em-mocambique-programa-acreditar-recebe-reconhecimento-nacional>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. **Obras do Aproveitamento Hidrelétrico de Laúca, em Angola, Chega à Fase Decisiva de Construção**. [S.l.], 2015b. Disponível em: <<http://odebrecht.com/pt-br/comunicacao/noticias/obras-do-aproveitamento-hidreletrico-de-lauca-em-angola-chega-a-fase-decisiva>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. **Odebrecht Apoiar a Formação de Jovens Empreendedores Rurais em Angola**. [S.l.], 2015c. Disponível em: <<http://odebrecht.com/pt-br/comunicacao/noticias/odebrecht-apoia-a-formacao-de-jovens-empreendedores-rurais-em-angola>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. **Odebrecht Infraestrutura Apoiar Programa de Alfabetização de Adultos em Angola**. [S.l.], 2015d. Disponível em: <<http://odebrecht.com/pt-br/comunicacao/noticias/odebrecht-infraestrutura-apoia-programa-de-alfabetizacao-de-adultos-em-angola>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. **Odebrecht Infraestrutura - África, Emirados Árabes e Portugal**. [S.l.], 2015e. Disponível em: <<http://odebrecht.com/pt-br/negocios/nossos-negocios/infraestrutura-africa-emirados-arabes-e-portugal>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

OLIVEIRA, Carlos. **Processo de Industrialização: do Capitalismo Originário ao Atrasado**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2003

PEDUZZI, Pedro. Parcerias com África podem ajudar Brasil a amenizar efeitos da crise, diz Apex. **Agência Brasil**, Brasília, 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2015-10/parcerias-com-africa-podem-ajudar-brasil-amenizar-efeitos-da-crise-diz-apex>>. Acesso em: 24 out. 2015.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz; MEDEIROS, Klei. A Emergência da Periferia no Sistema Mundial: da Conferência da Bandung à Conferência de Buenos Aires (1955-1978). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 7, n. 4, p.119-138, jan. 2015. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/56965/35246>>. Acesso em: 15 dez. 2015.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; MARIANO, Marcelo Passini; ALMEIDA, Rafael Augusto Ribeiro de. As Diferentes Dimensões da Cooperação Sul-Sul na Política Externa Brasileira. In: _____; AYERBE, Luis Fernando (Org.). **Política Externa Brasileira, Cooperação Sul-Sul e Negociações Internacionais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 15-52.

SILVA, Igor Castellano da; MARTINS, José Miguel Quedi. Exército Nacional e Construção do Estado na África: A Abordagem Brasileira no Caso da República Democrática do Congo. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia & Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 3, n. 5, p.137-179, jan. 2014. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/45176/30179>>. Acesso em: 25 maio 2015.

THOMPSON, Alex. **An Introduction to African Politics**. New York: Routledge, 2010.

UNITED NATIONS HABITAT (UN-HABITAT). **The State of African Cities 2010: Governance, Inequality and Urban Land Markets**. [S.l.], 2010. Disponível em: <<https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=4&cad=rja&uact=8&ved=0CDcQFjAD&url=http://unhabitat.org/?wpdmact=process&did=MTE2MS5ob3RsaW5r&ei=sc5kVdmsBJOGNuyPgfP&usq=AFQjCNG3UMHxYHGtG8n0aRnucgA7uXWfPw&sig2=ewB5ST6nkdxRTYwV-XiQkA&bvm=bv.93990622,d.eXY>>. Acesso em: 25 maio 2015.

VALE. **Comunidades de Moçambique ganham centro esportivo**. [S.l.], 2013a. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/comunidades-de-mocambique-ganham-centro-esportivo.aspx>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. **Conheça nossas operações em Moçambique**. [S.l.], 2014. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/conheca-nossas-operacoes-mocambique.aspx>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

_____. **Vale investe na expansão logística de Moçambique, na África**. [S.l.], 2013b. Disponível em: <<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/vale-investe-na-expansao-logistica-de-mocambique.aspx>>. Acesso em: 16 abr. 2015.

VILAS-BÔAS, Júlia Covre. Os investimentos brasileiros na África no governo Lula: um mapa. **Meridiano 47**, Brasília, v. 12, n. 128, p.3-9, nov. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/viewFile/4242/4749>>. Acesso em: 25 out. 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África e as Potências Emergentes: Nova Partilha ou Cooperação Sul-Sul?**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2013.

_____. **A África na Política Internacional: o sistema interafricano e sua inserção mundial**. Curitiba: Jurubá, 2010.

_____. **As Relações Brasil-Angola: pivô da diplomacia africana**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.encontronacional2015.abri.org.br/site/anaiscomplementares?AREA=15 #P>>. Acesso em: 10 out. 2015.

_____. **O Descompasso entre as Nações**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

WALLERSTEIN, Immanuel. **World-Systems Analysis: An Introduction**. London: Duke University Press, 2007.